



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA

-----Ata n.º 04/2021-----
-----1ª Sessão Ordinária de 2021(Videoconferência)-----
----- 2ª Reunião -----
-----30 De dezembro de 2021-----

-----Aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal de Lagoa em Sessão Ordinária, sob a presidência do Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa, **José Manuel Correia Águas da Cruz**, coadjuvado por Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato e Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes, respetivamente 1º Secretário e 2ª Secretária. -----

-----A Câmara Municipal de Lagoa esteve representada pelos seguintes elementos do executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Luís António Alves Encarnação	Presidente da Câmara Municipal (PS)
Anabela Simão Correia Rocha	Vice-Presidente da Câmara Municipal (PS)
Rita da Conceição Rocha dos Reis Ruivinho	Vereador sem pelouro (MLP)
Ana Cristina Tiago Martins	Vereadora (PS)
Ruben Patrício Infante Palma	Vereador (PS)
Mário José Costa Vieira	Vereador sem pelouro (PSD)
Mário Fernando Rodrigues Guerreiro	Vereador (PS)

-----Estiveram presentes os seguintes Membros Municipais:-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA	FORÇA POLÍTICA
José Joaquim Barroso Alves Pinto	Movimento Lagoa Primeiro
José Inácio Marques Eduardo	Partido Social Democrata
Luís Pedro Vieira Ribeiro	Partido Socialista
Carlos Manuel dos Reis Ramos	Partido Socialista
António José Neves Nobre	Partido Socialista
João Pedro da Silva Nunes Oliveira	Movimento Lagoa Primeiro



Maria de Lurdes Rego Alemão	Chega
Joaquim José Martins Cabrita	Partido Social Democrata
Sofia Alexandra Espada Gregório	Partido Socialista
Carla Isabel de Jesus Serol	Partido Socialista
Cláudio Sérgio Libório Santos	Partido Socialista
Diamantino José Ernesto Ruivinho	Movimento Lagoa Primeiro
Vitor Manuel Grade Martins Sobral	Partido Socialista
Telma Isabel Alberto Viana	Partido Social Democrata
Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos	Bloco de Esquerda
Cácia Dara Ferreira Freitas Rodrigues	Partido Socialista
João André Nascimento Cabrita	Coligação Democrática Unitária
Vitor Manuel Gonçalves dos Santos	Partido Socialista
Joaquim João Lopes Paulo	Presidente da União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (Partido Socialista)
Mário Jorge Teixeira Ferreira (designado pelo Presidente da UFEP)	Presidente da União de Freguesias de Estômbar e Parchal (Partido Socialista)
Luís José Soares Bentes	Presidente da Freguesia de Porches (Partido Socialista)
Luís Filipe dos Santos Alberto	Presidente da Freguesia de Ferragudo (Partido Socialista)

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, desejou boa noite e as boas-vindas à sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2021, saudando em seguida o senhor Presidente da Câmara Municipal, a senhora Vice-Presidente, as senhoras e senhores Vereadores, as senhoras e senhores deputados Municipais, os cidadãos que assistiam á sessão através do canal *Youtube* e da página oficial do município de Lagoa no *Facebook*. Fez uma saudação e um agradecimento especial aos técnicos informáticos Pedro Santos e César Panha e funcionários do município que apoiavam aquela sessão. Uma vez que ainda tinham dezasseis pontos da ordem do dia para apreciar e deliberar até às vinte e quatro horas, hora do término da reunião, apelou,



não só ao senhor Presidente da Câmara como também aos senhores deputados municipais, que fossem sintéticos, precisos e concisos nas suas intervenções de modo que os trabalhos decorressem de uma forma eficiente. Lembrou aos deputados que quando não estivessem no uso da palavra, deveriam desligar os microfones por forma a que o som não estivesse a interferir não só na qualidade da transmissão, mas também da gravação daquela sessão. Feitas as saudações, agradecimentos e alertas, declarou aberta a 2ª. Reunião da sessão ordinária reunião da sessão ordinária de 29 de dezembro de 2021. Feita aquela breve introdução e fundamentação legal, deu-se início à Ordem de Trabalhos. -----

----- **Substituição de deputados municipais** -----

----- Observaram-se os seguintes pedidos de substituição, devidamente justificados: o senhor Presidente de União de Freguesias de Estômbar e Parchal **Joaquim Dimas Neto**, é substituído pelo senhor **Mário Jorge Teixeira Ferreira**, o senhor deputado municipal **Tiago Manuel Valdire Lopes**, pelo senhor deputado municipal **Joaquim José Lopes Adão**, que por sua vez é substituído pela senhora deputada municipal **Cácia Dária Ferreira Freitas Rodrigues**, a senhora deputada municipal **Sónia Cristina Afonso Silva**, pelo senhor deputado municipal **Cláudio Sérgio Libório Santos**. -----

----- **5º Ponto – Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do orçamento e grandes opções do plano para o ano 2022.** -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** para apresentação da proposta. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** cumprimentou todos os presentes e começou por dizer que ia aceitar o repto do senhor Presidente da Assembleia, visto terem muitos pontos até ao final da segunda reunião. Relativamente àquele ponto e uma vez que tiveram oportunidade de apresentar os documentos e tinham também no seu preâmbulo toda a justificação para a razão do mesmo, resumiu apenas que era um documento de extrema importância para a Câmara Municipal, para o município e que do ponto de vista técnico não tinha qualquer reserva, estando bem elaborado, de acordo com as regras e com a lei. Do ponto de vista político, aquele era o primeiro orçamento para aquele mandato de quatro anos, refletindo aquilo que eram as opções políticas daquele executivo, sufragadas no passado dia 26 de

24



setembro pelos lagoenses. Em respeito pelo direito da oposição procuraram auscultar todas as forças políticas que têm assento na Assembleia Municipal. Disse que não conseguiram reunir com o Chega, embora tivessem feito aquele convite. Procuraram sempre que possível refletir aquilo que foram as propostas apresentadas pelas diversas forças políticas, naturalmente aquelas que são coincidentes com a sua política e estratégia e, portanto, julgava que estavam perante um documento equilibrado, bem elaborado e que seria fundamental para que em 2022 o município de Lagoa desse continuidade ao trabalho que tem vindo a fazer, no sentido de tornar Lagoa um concelho cada vez melhor para se estar, para se viver, para se visitar ou para trabalhar. Antes de terminar a sua intervenção, mostrou-se disponível para todas as questões que os deputados entendessem necessárias. -

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu os esclarecimentos e abriu as inscrições para a discussão daquele ponto. Consequentemente foi concedida a palavra ao senhor deputado municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto** disse que sobre aquilo que leram sobre aquele orçamento e grandes opções do plano gostava de ir umas décadas atrás e começar por dizer que durante as duas últimas décadas, pelo menos, o concelho de Lagoa tinha sido alvo de importantes investimentos, dotando-se de infraestruturas na área da educação, desporto, saúde, ação social, cultura e habitação e tinha sido possível assim garantir a expansão e a qualidade dos equipamentos educativos dos jovens. Foi possível iniciar e potencializar a prática desportiva concelhia, que no momento é uma marca de referência regional e nacional. A cultura conquistou expressão e um nível de qualidade até então inexistente, a saúde pública cobriu todo o território concelhio e os equipamentos sociais que cobrem todas as freguesias, garantem aos agentes económicos e às famílias as condições indispensáveis à sua vida económica e social. A habitação pública de promoção municipal e cooperativa permitiu expandir em dimensão e qualidade, respostas a uma política de habitação concelhia de níveis invejáveis. Referiu que Lagoa e o seu concelho transformaram-se e prepararam-se para encarar com sucesso aqueles novos dois desafios. Naquele período o Partido Socialista era a oposição e naquela condição recusou sempre reconhecer os méritos do caminho que se percorria, sendo o fiel depositário da crítica extremada, confundindo-se muitas vezes o normal e salutar debate



político-partidário com uma mensagem negacionista sobre a evolução que o concelho percorria, recusando-se muitas vezes a ver o território como um espaço onde valia a pena trabalhar, viver e ter vida social. Em 2013, o Partido Socialista emancipou-se ao propor à sociedade lagoense um contrato, que foi com o lema somos capazes de fazer mais e melhor. Era assim que o PS reconhecia ainda que de forma indireta, o trabalho até então feito no concelho de Lagoa. Explicou que a sociedade aceitou o desafio, partindo para aquele novo percurso. Disse que era justo reconhecer que o desafio e a esperança espalhados em 2013 tinham sido capazes de mobilizar novas energias, apresentar objetivos audaciosos e chegar mais longe. Ali chegados, precisam de descodificar que PS lhes trará o futuro, aquele que no passado foi a oposição durante vinte e oito anos ou aquele que no momento no exercício do poder poderá ser capaz de promover a reconciliação de preferências, de aglutinar opiniões e vontades para que possam percorrer um caminho de maior dimensão na resposta ao bem comum da população. Afirmou ainda que os sinais não se apresentavam animadores, mas de facto abandonar o caminho iniciado em 2013 seria um prejuízo incalculável para o concelho, «o facto é que olhar o passado é apenas uma referência». Explicou que naquele momento o que importava era responder às questões futuras e era nisso que precisavam de se concentrar. «O país inicia em 2022 desafios de enormes proporções com a abertura de novos caminhos». O país elaborou em 2021 a sua estratégia futura, sujeito que foi ao crivo das estruturas europeias para acesso aos fundos comunitários ao abrigo do plano de recuperação e resiliência. Afirmou que no momento o concelho de Lagoa beneficiava não só do caminho que iniciou há décadas, como do novo trajeto que se iniciou em 2013. «Desfruta hoje de uma posição de enorme vantagem classificada que está ano após ano como um dos municípios de maior autonomia financeira, premissa indispensável para acolher em melhores condições os fundos comunitários». Afirmou que o país tinha sido capaz em 2021 de preparar o seu plano estratégico, interrogando-se se o concelho de Lagoa teria sido capaz. Referiu que o país precisava de encetar novos percursos. «Sabemos hoje que teremos à nossa disposição recursos financeiros superiores até à dimensão dos que tivemos com a entrada na Comunidade Europeia». Perguntou como é que o concelho de Lagoa se tinha preparado para aqueles desafios, o que teria sido feito de preparação, que caminhos iam seguir, que estratégia estava preparada. Ao olharem aquele plano, orçamento e grandes opções do plano, não encontraram a resposta que esperavam e que julgavam que o



concelho precisava. Questionou se iam continuar apenas e tão só a fazer o que já faziam, um exercício de atividade pública assente em garantir os mínimos como se nada estivesse a acontecer no conjunto do país, ou bem pelo contrário, iam coletivamente encontrar um caminho novo, um caminho capaz de proporcionar a criação sólida de riqueza, de multiplicação de postos de trabalho, em estabelecer de forma consistente estruturas indispensáveis à vida coletiva, em modernizar fortemente o concelho, tornando-o mais atrativo, mais competitivo, mais participativo, com melhor qualidade de vida económica, social e cultural. Estão, quer queiram ou não, num mundo fortemente competitivo e por isso precisam de um concelho que invista nos seus recursos com qualidade e rigor sabendo para onde se estão a dirigir. Disse que o concelho dependia quase exclusivamente do turismo e das atividades a ele agregadas, muitos dos seus recursos eram investidos na resposta àquela realidade. Em boa verdade, referiu que daquele setor dependiam muitos postos de trabalho bem como da atividade económica, mas era igualmente verdade que muita da riqueza ali produzida não era socialmente distribuída pela força de trabalho que a sustentava, nem pelos contribuintes do concelho. No momento era justo pedir retorno aos muitos recursos financeiros investidos no apoio àquela atividade económica, através dos impostos pagos pela população. Achava que estava na altura de se introduzir no concelho de Lagoa a taxa turística nas unidades hoteleiras, muitas delas de elevada classificação turística. «O concelho não pode continuar a desperdiçar recursos em obras injustificadas. O silo de Ferragudo, por exemplo, representa logo no início da sua adjudicação um quarto dos recursos financeiros cobrados em sede de IMI, sem que se conheça a necessidade de tal investimento sem primeiro estar resolvido o estudo integral da baixa de Ferragudo. É como se começasse a casa pelo telhado». Explicou que tal como já tinha referido no dia anterior quando os lagoenses pagavam quatro vezes mais impostos do que a média nacional, aquele dinheiro não podia servir para pincelar estradas de alcatrão sem primeiro resolver de forma integral a rede de saneamento e a da adução e distribuição de água. A resolução de um plano de mobilidade urbana era urgente, era necessário acabar de vez com as barreiras arquitetónicas que muitos dos espaços urbanos apresentam, devolvendo em qualidade e segurança o espaço público às pessoas. «O concelho precisa que os espaços verdes concelhios tenham novo significado, com a criação de parques urbanos que permitam dar vida coletiva, social e ambiental à população. Não existe qualquer explicação razoável que suporte o desperdício



de recursos financeiros que permite transformar as estradas concelhias em autênticas pistas de obstáculos com a colocação de um número infinitos de lombas (ao contrário daquilo que a legislação e a própria Associação Nacional de Municípios recomenda aos municípios que seja feita, as nossas não estão de acordo com esse conjunto de regras»). Afirmou que a política de habitação concelhia que há muito já deveria estar preparada e a concurso, devia responder à criação do parque habitacional já edificado, mas devia igualmente fixar a população residente e atrair para o concelho novas gerações de forma a travar o envelhecimento que o concelho apresenta. O concelho só teria futuro se fixasse a sua juventude. Não se podem conformar com uma atividade pública que não tenha ousadia, determinação e a lucidez necessária para qualificar o concelho, determinar qual a sua estratégia de crescimento e desenvolvimento, prever e planificar as obras estruturantes que os possam conduzir ao enriquecimento em todas as suas vertentes. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal João André Nascimento Cabrita. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **João André Nascimento Cabrita** disse que gostaria de colocar uma questão, que seria muito breve, era se naquele plano de orçamento iria complementar a atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade. -----

---- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim José Martins Cabrita** cumprimentou todos os presentes e disse que em relação à proposta de orçamento, a posição que o PSD apresentava tinha uma parte que era na linha com aquilo que vinham dizendo em relação a orçamentos anteriores e tinha uma parte em que assumiram, e começava logo por dizer, um benefício da dúvida em relação àquele orçamento. Explicou que criticam o orçamento naquilo que sempre criticaram que é na parte das receitas o princípio que acham básico em matéria de finanças públicas, que é as receitas devem estar alinhadas com a despesa que se prevê e que efetivamente se faz. Disse que o objetivo das entidades públicas não era amealhar dinheiro por amealhar dinheiro, não tinham por fim o



lucro e, portanto, havendo disponibilidades financeiras que excedem as necessidades imediatas, desde logo e o orçamento porque é o instrumento onde também se prevê a parte da receita, deveria espelhar como no dia anterior deixaram entendido, ou como em anos anteriores foram defendendo, através da redução da taxa do IMI, ou como mais recentemente decidiram propor, já no orçamento anterior e naquele, que se mantivesse então o IMI, mas se baixasse a comparticipação e o IRS, porque em relação àquele não havia o argumento dos que tinham casa e não eram de lá. Logo, todos os que beneficiam da isenção do IRS são cidadãos residentes no concelho de Lagoa. O impacto da taxa do IRS pode parecer baixa. Achava que num plano que se previa para aquele ano podia perfeitamente acomodar aquela situação. Afirmou que aquele era de facto um dos argumentos que pesava e lhes dificultava um apoio àquele orçamento. Na parte da despesa era evidente que os municípios, e o de Lagoa em concreto, não tinham que gastar dinheiro por gastar dinheiro, nem fazer obra por fazer obra. «A verdade é que há um conjunto de obras que são essenciais para o concelho, para a modernização, para a própria funcionalidade, como sejam as condutas adutoras dos sistemas de água, as condutas de saneamento, como é o caso da habitação e de uma aposta séria e forte na habitação, como é a criação de infraestruturas de mobilidade urbana e estacionamento que verdadeiramente resolvam os problemas e tornem mais atrativos os seus polos turísticos». Declarou que sempre defenderam aquilo por um lado, que foi isso que puseram no seu programa eleitoral, que era isso que defendiam como obras para o concelho por outro, defendendo ainda em termos de políticas a manutenção e o incremento de uma política social e de apoio ao movimento associativo, «pelo que podem representar nas dinâmicas de apoio em períodos de dificuldades como estas e na criação de políticas de desporto e de cultura que se o município de Lagoa as tem e tem, e regista sucesso assinalável a esse nível, muito deve às políticas de apoio associativo de há muito, uma matriz do concelho». Perante a situação e a proposta que lhes era apresentada em concreto e, porque efetivamente reconheciam nela a potencial aposta naquelas políticas de habitação, de mobilidade urbana, de apoio social, na aposta na realização daquelas obras infraestruturantes, como é o caso das condutas de água e saneamento, optaram e decidiram dar o benefício da dúvida, votando em abstenção, assinalando aquele benefício de dúvida. Não podiam deixar de referir que aquele era um orçamento que não era concretizador quanto à certeza de ser feito o que se indiciava,



porque como todos saberiam e a Câmara reconheceria, havia muitas verbas por definir, assim como obras que estariam num primeiro ano de lançamento sem necessidade de grande cotação. Achava que era preciso que houvesse a vontade e determinação de não acontecer com aqueles concursos o que tinha acontecido regra geral com os concursos lançados pela Câmara que não avançavam e era preciso inverter aquela estratégia. Alertou que aquele não era um benefício de dúvida cego e garantido, porque sabiam que lá para março haveria uma revisão orçamental que introduziria verbas e definiria e ajudaria a melhor perceber verdadeiramente se os caminhos e as pistas que se lançavam se iriam concretizar ou não. Era um benefício de dúvida atento a reservar para um momento mais definitivo uma posição mais definitiva. Disse ainda que esperavam muito sinceramente que se acabasse de vez com a entrada e saída de projetos e obras para dentro do orçamento. Aproveitou para questionar o senhor Presidente se podiam perceber se havia ali uma definição daquela linha, ou se isso ia acontecer, porque esperavam que a saída das obras no recinto da Fatacil correspondessem a um projeto estratégico delineado no município de fazer aí algumas, mas se calhar outras, ou com outro âmbito e dimensão e apostar num parque da cidade de opção diversa. Falando nas obras da rua Ernesto Cabrita, a rua frente ao edifício municipal, rua que precisa de requalificação, perguntou, pois tanto quanto se tinha apercebido aquele projeto saiu, se esse projeto tinha saído de vez ou entrava depois, como é que ia ser. Presumiu que a saída do projeto do edifício de serviços que chegou a estar prevista também significasse uma diferente opção. Registou uma diferença de valor significativa em relação ao projeto, ao MUCID, museu da cidadania que também gostava que o senhor Presidente pudesse explicar a que se devia, que se bem percebeu era significativa e também de uma vez por todas se era para avançar ou ia haver alguma alteração, porque realmente para haver uma estratégia e tem que haver uma estratégia, têm que ser definidas quais são as prioridades, assim como o caminho e o rumo a seguir, porque o senhor Presidente da Câmara explicou que tem como estratégia pôr no orçamento aquilo que tem dinheiro para fazer e não apenas para estar lá, mas esperam que haja uma definição séria de projetos, um calendário sério de realização. No final da sua intervenção alertou que as condutas eram mesmo muito importantes, ou avançavam rapidamente, ou sabiam que ninguém faria condutas no final do mandato. Por isso achava que era preciso dar aquela nota de grande prioridade, e a «habitação é algo que se deve levar efetivamente a sério,

24,



porque em cada momento e a política do momento não pode deixar de passar para a habitação». -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Carlos Manuel dos Reis Ramos. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Carlos Manuel dos Reis Ramos** cumprimentou todos os presentes e referiu que aquela proposta de orçamento e grandes opções do plano apresentados, entroncava totalmente naquilo que tinha sido a campanha do Partido Socialista e que todos os deputados fazendo parte daquele projeto ou não, tinham tido conhecimento e acompanhavam. Disse que ali era importante realçar que o Partido Socialista manteve a sua palavra, não a promessa com os lagoenses, mas o compromisso com os lagoenses de pôr em prática aquilo que apresentou aquando das últimas eleições. Explicou que o documento tinha sido analisado com o critério que era necessário naquelas situações e tal como em anos anteriores, tinha-se primado pela transparência e rigor. Voltou a afirmar que os compromissos não eram as promessas e que sabia que o slogan utilizado não deixar o mundo para trás na realidade era mesmo para cumprir, independentemente das críticas feitas e que já tinham sido feitas por ocasião da análise e da votação da taxa de IMI. Disse que era importante realçar que naquele orçamento era visível a preocupação por todos, não estando em causa a preocupação com uma pessoa ou uma instituição propriamente dita, mas sim haver uma igualdade, sendo um ponto principal nas políticas do Partido Socialista a probabilidade de não deixar que ninguém realmente fique para trás e que todos sejam tratados da mesma forma, protegendo as pessoas, apoiando as IPSS. Através da análise dos documentos apresentados, verificou que no ano em curso as IPSS mais importantes do concelho tinham recebido da Câmara aproximadamente dois milhões de euros. Disse ainda que sabia que o trabalho executado pelas instituições era muito importante, dando uma palavra de apreço tanto às instituições, como aos seus colaboradores, «porque eles cuidam das nossas pessoas, um dia cuidarão de nós certamente, e dia e noite estão presentes para apoiar neste caso os nossos idosos, as nossas crianças e temos que pensar que é como se nós estivéssemos a ser tratados por eles, porque são os nossos familiares que lá estão». Afirmou que aquele esforço que o município fazia em apoiar financeiramente e logisticamente aquelas instituições era sempre um grande



investimento. Apesar daquele documento ser uma previsão, via-se a forma séria e empenhada com que aqueles investimentos eram feitos, e independentemente das leituras e críticas que eram feitas, aquele era o orçamento do Partido Socialista. No entanto, não se podiam esquecer que Lagoa necessitava de ser um concelho de qualidade como era, daí que fosse importante que aquele investimento continuasse a ser feito de forma a que tivessem melhores empresas, capazes de dar mais mão-de-obra aos cidadãos e que pudessem ser um concelho mais justo. De qualquer das maneiras, verificava-se que aquela projeção era visível a nível regional, nacional e internacional e por ser também um destino turístico no que diz respeito ao lazer e desporto. Para aquela análise era muito importante o facto de o município de Lagoa não ter pagamentos em atraso, tendo um saldo de cerca de catorze milhões de euros à data do passado mês de novembro, constando como um dos melhores do país das boas práticas, tal como já havia sido falado no dia anterior e não valia a pena estar a repetir, respeitando sempre os princípios contabilísticos e orçamentais. Apesar da divisão de receita para 2022 ter apenas um acréscimo de zero ponto setenta corresponde ainda assim a um valor de quase trezentos mil euros, ainda que a receita contemple apenas um valor mínimo no que diz respeito ao capital, falando em receita, o município não deixou de colocar no seu investimento de capital verbas que rondam os setenta e dois por cento do orçamento, mantendo assim as taxas de execução de despesa e receita na sua plenitude. Era imperativo destacar que alcançar resultados tão positivos em plena pandemia, só podia deixar os lagoenses orgulhosos e isso tinha sido visível quando depositaram confiança no passado dia 26 de setembro que não havia melhor forma de reconhecimento pelo trabalho do que o resultado eleitoral do Partido Socialista que naquele caso pensava que seria impecável. Disse que a bancada do Partido Socialista iria votar favoravelmente e que antes de terminar queria apenas dar mais duas notas. Tal como ali havia sido dito deviam olhar para o passado e respeitar quem geriu os destinos do município, e ele tinha um apreço especial por todas as pessoas que passaram pela presidência da Câmara de Lagoa sem exceção, conhecendo melhor uns que outros, mas aquele era o tempo do Luís Encarnação, que era um Presidente disponível para responder e esclarecer sempre da melhor forma e da forma mais disponível que alguma vez alguém naquela Assembleia teve e o deputado não tinha dúvidas absolutamente nenhuma sobre isso. Por outro lado, queria dizer e transmitir ao senhor Presidente daquela Assembleia que se revia completamente na forma plural como



ele exercia o cargo, pelo seu conceito de liberdade e da sua luta por muitas décadas pelos valores democráticos. E não podia admitir que alguma vez isso tivesse sido posto em causa. -

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** cumprimentou todos os presentes e explicou que tal como já tinha referido no dia anterior, estiveram reunidos como direito da oposição com o senhor Presidente Luís Encarnação, onde apresentaram as suas linhas programáticas, onde algumas estavam plasmadas naquele orçamento. Disse que era muito importante por um lado a requalificação ou manutenção, ou mesmo a extensão das tubagens do abastecimento da água, como também do saneamento das águas fluviais e, por outro, o aumento do parque público habitacional do concelho de Lagoa que já devia ter acontecido há mais tempo. Referiu que a Câmara fazia ali algum investimento e isso já era alguma coisa onde poderiam recuperar o que ainda não foi feito. Achava que também era muito importante a parte social, as famílias, as instituições do concelho que já tinham sido referidas pelo deputado anterior e bem visto serem elas que cuidam das suas crianças, dos seus pais e avós dia e noite, logo nunca poderiam ficar esquecidas ainda mais com a situação que estão a atravessar, que as despesas são maiores como todos sabem e quem está nas instituições sabe do que o deputado fala. Analisou o documento que lhes tinha sido entregue e havia ali alguns pontos que queria perguntar ao senhor Presidente Luís Encarnação e se fosse possível responder, começando por referir que na parte sobre as responsabilidades contingentes existiam alguns processos onde algumas entidades colocaram a Câmara Municipal em tribunal, e havia ali dois pontos que queria saber qual era o ponto de situação se fosse possível explicarem-lhe. «Sobre um Neptuno Carisma LDA que pede a anulação do embargo que a Câmara fez sobre uma obra na urbanização do Pintadinho, como também há aqui uma outra que o autor é a farmácia Maceta que colocou a Câmara em tribunal, queixando-se que foi lesada por causa das obras que lá foram construídas, hoje a chamada rua vermelha, onde colocam uma quantia de noventa mil euros por causa do prejuízo e depois também coloca outra quantia de trezentos mil euros e depois ainda coloca uma ajuda». Gostaria se fosse possível que o senhor Presidente os colocasse em dia sobre aquilo. Na página vinte, na



receita cobrada, disse que se colocavam aqueles valores achava que deviam estar corretos, mas, por exemplo, as receitas de 2019 estavam erradas e foi verificar o orçamento do ano anterior onde estavam as receitas de 2019 «por exemplo no imposto municipal sobre imóveis estão dois milhões quinhentos e cinquenta e um mil, mas pelos vistos não são dois milhões são nove milhões quatrocentos e trinta e nove mil». Verificou outra coisa que era importante, as transferências para as Juntas de Freguesia, onde o volume total se mantinha, o que foi para 2021 seria igual ao de 2022. Estômbar receberá duzentos e quarenta e um mil como receitas correntes, Ferragudo setenta e quatro em correntes e trinta em capital, Lagoa e Carvoeiro vai receber os duzentos e cinquenta e dois mil, mas só em despesas correntes, Porches cento e três mil. Acha que as Juntas de Freguesia têm e continuam a ter as suas despesas, tendo que responder em parte em apoios sociais. Sobre o plano plurianual de investimento, verificou que a Câmara irá construir fogos de habitação social na rua Hintze Ribeiro. Não sabe se será mesmo rua ou travessa. Naquele ano pensam gastar cem mil euros e em 2023 seiscentos e trinta e dois mil euros e em princípio irão entregar as casas no final de 2023 ou princípio de 2024. Disse que gostava de saber quantos fogos é que estavam a falar. Na altura falaram sobre aquilo, mas não se recordava se o senhor Presidente Luís Encarnação lhe disse qual era o número de fogos. Disse que também iriam construir habitação social em Porches, pensando naquele ano gastar cem mil, mas a obra iria finalizar, se tudo corresse bem, em 2026 com quatro milhões e cem mil. Gostava de saber de quantos fogos é que estavam a falar, assim como a sua localização. Outra obra que o plano refere é a construção de um passeio fluvial na Mexilhoeira da Carregação, à volta de setecentos e quarenta mil euros. Gostava que, se o senhor Presidente tivesse tempo, resumidamente explicasse aquele tipo de trabalho e caso existisse projeto o pudesse enviar, pois estava interessado em observar. Falou naquilo que eram as grandes prioridades, nomeadamente a ampliação e beneficiação da rede de abastecimento de águas, a rede de saneamento e as águas residuais. Por último verificou que existe a aquisição do pavilhão do rio Arade no valor de dois milhões e quinhentos mil euros. Sabiam que tinha havido uma insolvência com a entidade Pavilhão do Arade, também sabiam que a Câmara tinha um capital de quinze vírgula setenta e dois por cento algo que envolvia quatrocentos e oitenta e oito oitocentos e noventa e sete euros, portanto a Câmara tinha aquela participação. Disse que queria saber

2 f



se realmente aquela compra se se ia concretizar e disponibilizar e se já tinham planos para a sua utilização. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa agradeceu a participação e em seguida concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim João Lopes Paulo. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim João Lopes Paulo** cumprimentou todos os presentes e afirmou que ia ser claro, simples e conciso. Relativamente às intervenções anteriores e parafraseando um pouco a retórica, disse que aquela retórica teórica era deveras romântica e muito aliciante, «mas quando se passa da prática e os mesmos que já fizeram parte no passado em processos importantes do planeamento, ou mesmo levá-la para uma demagogia desnecessária e incompreensiva». Tal como o deputado Carlos tinha dito e bem naquele dia era o tempo de o Luís Encarnação liderar e governar e certamente iria cumprir com o planeado. Disse que não queria alongar-se mais, mas achava importante dizer aquilo porque era o que lhe ia na alma. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra à senhora deputada municipal Maria de Lurdes Rego Alemão. -----

----- No uso da palavra concedida, a senhora deputada municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão** cumprimentou todos os presentes e disse que esteve a verificar o orçamento e a lê-lo tudo muito bem e parecia-lhe bem tudo aquilo que lá estava, supondo e partindo do princípio que seria efetivamente feito, mas alguns compromissos chamaram-lhe bastante a atenção, um deles o quarto compromisso em que se fala de infraestruturas e equipamentos desportivos, achando que o concelho estava bastante bem equipado. Recordou-se de certas situações que acontecem, reportando-se à sua atividade profissional que como todos sabem é professora e, como professora lida diariamente com crianças e com aquelas que gostam de praticar atividade física. Explicou que na escola em que lecionava, havendo muitas mais naquele aspeto, as crianças em tempo de inverno não tinham, e porque estavam numa escola básica, sítios específicos para poderem praticar atividade física, ou no verão. Disse que não se estava a referir às escolas do segundo ciclo porque aí existiam pavilhões para a prática desportiva e os alunos estavam muito bem instalados e tinham aquele lugar. Referiu que não havia um complexo desportivo coberto, se chovesse as crianças ficavam impedidas



de praticar atividade física, se fosse no verão e estivesse muito calor também não o conseguiam fazer, porque a partir das nove e meia dez horas da manhã era quase impossível, tendo que andar às escondidas a ver onde havia espaço para que eles conseguissem realmente praticar aquela atividade. Disse que eram bastantes e os alunos interessavam-se bastante por isso, achando que eram atividades que lhes faziam muita falta, pois a escola não era só a transmissão de conhecimentos teóricos ou práticos dentro de uma sala de aula, mas também o exterior. Disse que esperava que houvesse soluções práticas, visíveis e breves para que não acontecesse ano após ano as crianças dizerem que não tinham atividade física. Chamou a atenção do quinto compromisso, achando muito bem a criação dos parques urbanos, a criação dos espaços, «Lagoa precisa disso, muito». Afirmou que o espaço que têm no circuito de manutenção é bom, em homenagem a um grande lagoense, Carlos Boto, que conheceu pessoalmente, era seu vizinho na altura onde morava. Achava que aquilo estava ótimo, mas precisavam de mais parques urbanos. Explicou que o sexto compromisso também lhe chamou muito a atenção, visto falar de infraestruturas e intervenções, fazendo-a recordar e lembrar do último verão. Lembra-se da zona junto às praias, porque tem uma casa perto de uma praia, não só ela, muitas pessoas porque vivem perto das praias, é um sítio muito bonito e fazem muita publicidade, cada vez que liga para a Câmara de Lagoa, acontece sempre visite o concelho, é lindo. Referiu que gostava muito do seu concelho, nasceu ali, era dali, lutava por ele, mas também queria que as pessoas que o visitassem tivessem infraestruturas, parques de estacionamento, casas-de-banho, lugares próprios para que tivessem turismo de qualidade. Disse ainda que se por acaso o senhor Presidente da Câmara ou os restantes deputados municipais quisessem ir até ao sítio a que se estava a referir, praia da Marinha, praia de Benagil na zona de verão, iriam ter um espetáculo um bocadinho daqueles assim desagradáveis, «porque há lixo por tudo quanto é canto, por todos os sítios, pessoas que não têm casas-de-banho para utilizar, nomeadamente na praia da Marinha, fazem-no ao longo do percurso todo até à praia, atrás dos carros, junto aos arbustos, junto às árvores». Comentou que aquilo era uma situação caótica e que ainda no dia anterior falara com uma vizinha sua que lhe dizia que ia convidar os senhores da Câmara para irem até lá para olharem para o lixo que deixavam ali à porta naquele tempo todo durante os três meses de verão, começando sistematicamente em maio, junho, julho, agosto, setembro e até outubro se o tempo estivesse bom porque



felizmente o Algarve tem um bom clima. Esperava que as coisas caminhassem por bem, que acontecesse efetivamente o contrário daquilo que já aconteceu, não só como lagoenses, mas como hospitaleiros de pessoas que ali vinham. Antes de terminar a sua intervenção, deixou um exemplo daquilo que estava a transmitir, referindo que havia pessoas não só de França, mas também de outras nacionalidades que comentavam que gostavam muito de conhecer o vale dos sete suspensos e perguntavam onde ficava a casa-de-banho, ao que a deputada respondia que não sabia pois francamente ali não tinham infraestruturas de apoio.

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** cumprimentou todos os presentes e disse que queria dar nota de duas ou três questões, suscitando uma reflexão. O senhor Presidente da Câmara interveio naquele sentido, assim como deputados do PS, dizendo que aquele documento refletia a posição do Partido Socialista e da maioria que saiu das eleições. Se aquilo era uma posição que não acolhia qualquer contributo vindo de outra força política, que isso ficasse claro desde o princípio, porque efetivamente então seria um documento sistematicamente a ter que ser aprovado apenas pelo Partido Socialista e não por mais ninguém, porque era uma recusa inicial em aceitar contributos de quem fosse. Afirmou que a ele não lhe chocava nada que houvesse obras estruturantes colocadas no orçamento e que depois ficassem congeladas desde que para tal houvesse justificação plausível. O problema era quando não se justificava e quando não se dava conhecimento público no fundo de ter travado aquelas obras, isso é que o incomodava, visto não haver explicação pública para isso. Comentou que havia um conjunto de obras que vinham de vários orçamentos que nunca tiveram a explicação pública e que naquele orçamento já se ia encontrar. Referiu que não duvidava naquele período em que estiveram sujeitos ao Covid que houvesse obras estruturantes que tivessem sido congeladas ou retardadas e isso não o chocava, desde que se explicasse ou desse nota pública daquela situação. Para terminar deu nota de que a única obra que era apresentada naquele orçamento relativamente ao plano de recuperação e resiliência, era o programa da habitação, sendo de facto uma coisa que o preocupava e incomodava «num país que vai enfrentar um desafio enorme daqui para a frente, o concelho de Lagoa apenas apresenta de



acordo com o plano de recuperação e resiliência o programa numa habitação e escassa». Não percebia qual era a estratégia que o concelho iria seguir dali em diante de acordo com os recursos disponíveis que iriam ter à disposição. Não há estratégia, nem indicação, nem caminho traçado. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** disse que não podia prometer que iria ser sucinto porque de facto havia ali muitas questões colocadas e queria esclarecer todas, começando do fim para o princípio ao contrário do que costumava fazer. Disse que aquelas questões quando se olhava para um documento ou para um assunto podia-se ver o copo meio vazio ou meio cheio, ou até nem vê-lo, foi o caso do senhor deputado Diamantino Ruivinho que provavelmente pela sua convicção nem conseguiu ver no orçamento aquilo que é o trabalho que o município está a fazer no que ao PRR diz respeito. Esclareceu o deputado Diamantino Ruivinho que fazia parte da estratégia por um lado e que por outro, estavam a trabalhar afincadamente e estava lá no orçamento que estavam a trabalhar ao nível da habitação, da redução das perdas de água em baixa, ao nível da criação de unidades de estruturas residenciais para a pessoa idosa, e muitas outras matérias que eram possíveis, não sendo assim tantas como o deputado tinha referido em que as autarquias por si só podiam ir ao PRR. Referiu que não era verdade que aquele executivo não acolhia os contributos. Se assim fosse não teriam tido o cuidado de reunir com todas as forças políticas. Com a exceção do Chega, tinham ali os contributos de todos que lhes chegaram e muitos daqueles contributos estavam espelhados dentro daquele orçamento, facto reconhecido pelas várias forças políticas que a eles já se tinham referido anteriormente. Relativamente àquilo que tinha sido dito pela senhora deputada Lurdes Alemão, entre a área que ia da praia da Albandeira e a praia de Vale de Centianes era um exemplo claro daquilo que diziam ali naquela casa, «somos vítimas do nosso próprio sucesso». Disse que o Presidente da Câmara não precisava de ser convidado nem pela senhora deputada nem pelos seus vizinhos, embora naturalmente tivesse muito gosto naquele convite, porque acompanhavam a situação que se passava naquela área com toda a preocupação e em sintonia com a APA, com a CCDR, com o ICNF e com todas as



outras entidades com competências na matéria. A verdade era que tinham ali um problema que se chamava excesso de população visitante naquela área, obrigando-os a ter ali um cuidado e uma atenção especial, porque tinham que criar um plano específico para aquela área muito em breve. Espera que, se assim for permitido pelas entidades com quem contactam, que àquela Assembleia se possa trazer uma proposta, uma estratégia que de alguma forma mitigue a pressão enorme que se faz sobre uma zona lindíssima, mas de enorme fragilidade do concelho. Disse que era importante tomarem medidas no sentido de não permitir que ele continuasse a ter este *superavit* de visitantes à semelhança do que se passa em muitos outros destinos turísticos um pouco por toda a Europa e por todo o mundo, numa escala menor. Esclareceu que os parques urbanos faziam parte da sua estratégia e aposta e que a questão que a deputada tinha colocado naquela Assembleia já tinha sido feita num requerimento que estava a ser analisado relativamente àquilo que era o trabalho que se podia fazer quanto à cobertura dos polidesportivos, dos pequenos campos de jogos e brincadeiras existentes nas escolas. Seguramente iriam estudar aquela questão. Em relação às questões colocadas pelo deputado Jorge Ramos, afirmou que o Neptuno Carisma, as responsabilidades contingentes decorriam da lei, era obrigatório que elas estivessem naquele documento. «São processos que decorrem trâmites em tribunal e que de alguma maneira essa litigância pode ou não, há um risco sempre de poder vir a trazer um custo para a autarquia». A Neptuno Carisma é o promotor da obra que está na praia do Pintadinho, o embargo já foi levantado e a última providência cautelar que foi colocada por aqueles que são contra o projeto, os vizinhos, uma participação cívica umas vezes é cívica, outras vezes tem uma empresa no meio. Esclareceu que havia ali uma disputa entre o promotor e a vizinhança que era contra e que naquele momento o ponto de situação era que o juiz na ação principal invalidou, portanto não deu provimento à mesma e o embargo estava levantado e a obra a decorrer. Lembrou que aquele era um assunto com mais de quarenta anos como todos sabiam e que foi aprovado na Câmara para cumprir uma deliberação, uma sentença transitada em julgado do supremo tribunal de justiça quanto àquela matéria. Em relação à farmácia Maceta, aquele pedido de indemnização decorria do facto de que a farmácia Maceta foi o único comerciante na rua Coronel Figueiredo, quando houve a intervenção, que não aceitou a proposta que foi feita pela autarquia na altura, de compensação pelos danos enquanto decorreram as obras, não concordou com o montante



que foi proposto e entendeu recorrer aos tribunais. Iriam aguardar, mas todas as propostas na altura foram feitas com base num estudo e num parecer jurídico. Garantiu que os valores de 2019 estavam certos e que provavelmente o deputado não tinha reparado que 2019 o que ali estava era a receita cobrada de um do doze a trinta e um do doze, referindo-se apenas a um mês de 2019, da mesma forma que em 2021 tinham de 1 de janeiro a 30 de novembro, ou seja, estavam ali vinte e quatro meses, um de 2019 e doze de 2021. Relativamente às perguntas que fez sobre a habitação social, o senhor vereador Mário Vieira sem a autorização do Presidente já respondeu. Gostava de alertar que os senhores vereadores deviam-se pronunciar naquela Assembleia, ou para defesa da honra, ou sempre que questionados devidamente autorizados pelo senhor Presidente da Câmara. De qualquer maneira o senhor vereador Mário Vieira com certeza imbuído pelo sentido de colaboração já tinha dado aquela resposta que de facto era correta. «Na Hintze Ribeiro que é chamada Hintze Ribeiro, mas de facto e como diz muito bem o senhor vereador Mário Vieira está na rua Dr. Sebastião Trindade Pinto, embora tenha a frente por um lado por uma rua e as traseiras para outro e são de facto sete fogos e é suposto estar terminado em 2024» e aqueles são para 1º. Direito, habitação social, 1º. Direito, aquela que o PRR para que não haja dúvidas apoia. Explicou que relativamente ao bairro de Porches eram trinta e seis fogos, 1º. Direito, habitação social, «aquele que o PRR apoia e aquele pela sua dimensão previam a sua conclusão em 2026, aliás todo o programa de apoio através do PRR do 1º. Direito à habitação apontava para 2026 para a entrega das habitações. Disse que, como bem sabiam, o pavilhão do Arade era um processo complexo, o município já provisionou uma verba ainda no anterior mandato autárquico, aquela verba foi aprovada na revisão orçamental e também aprovaram a possibilidade de poderem recorrer a um empréstimo bancário para financiar a aquisição do pavilhão do Arade. Aqueles valores mantinham-se obviamente no orçamento para 2022. O município há bem pouco tempo iniciou um processo de negociação particular que está a decorrer, tendo feito, com uma proposta aprovada na Câmara, uma proposta à senhora administradora da insolvência no valor de dois milhões e meio de euros. Disse que aguardavam pelo modo como decorriam as negociações e iam ver se era possível adquirir ou não o pavilhão do Arade, ou se existiriam interessados do setor privado e foi sempre isso que disseram que o município interviria quando ninguém mais fosse capaz de adquirir aquele espaço e sendo que o município, estando o imóvel no concelho, tendo o potencial



que tem, estariam sempre disponíveis para o adquirir nas condições que já tinham sido ali conversadas naquela Assembleia. Disse que o deputado Joaquim Cabrita tinha feito uma série de questões e ia tentar ver se conseguia responder a todas, começando pela questão das verbas a definir. Importava ali reconhecer e afirmar, sendo uma evidência, que aquele orçamento à semelhança de outros anteriores necessitava de um segundo momento que iria ocorrer provavelmente em finais de fevereiro, início de março, que seria a primeira revisão orçamental, «aproveitando as condições da lei, já foi possível em 2021 fazê-lo» e esperavam fazê-lo também em 2022, que era antes da aprovação das quotas poderem integrar o saldo de gerência que pelas suas estimativas e indicadores que tinha seria um dos maiores dos últimos anos. Disse que iriam aguardar tranquilamente, fechar as contas e ver o que é que se iria passar, mas aquele orçamento dependia das verbas que iriam incluir depois do saldo de gerência. No que respeita à entrada e saída de obras, explicou que tinham muito bem definida aquilo que era a sua estratégia, o seu projeto, que, aliás estava plasmado no seu programa eleitoral e que naturalmente o iriam cumprir naquela questão e naquela área das obras e infraestruturas necessárias. Relativamente à Fatacil era uma boa pergunta, foi uma opção que foi tomada pelo executivo há dois anos, fizeram algumas remodelações como tiveram oportunidade de comunicar à Assembleia na altura, definiram algumas ideias, projetos, deram seguimento no seu essencial àquilo que eram os projetos que vinham a desenvolver, mas em função da pandemia, de uma nova visão, de uma nova estratégia, foi necessário fazer algumas correções. Entenderam que a Fatacil era um parque de feiras e exposições, e era um parque de feiras e exposições que devia ser. Iriam fazer o investimento que estava previsto no Picadeiro porque achavam que era fundamental ter um picadeiro moderno e à altura daquilo que era o setor equestre e a Fatacil, mas o parque urbano que queriam para a cidade de Lagoa iria ser feito noutro local. Relativamente às obras da rua Ernesto Cabrita, o projeto não estava em condições de ser desenvolvido, foi essa a conclusão a que chegaram juntamente com os técnicos e, portanto, reformularam o mesmo, estando a ultimar essas alterações, porque falando de dinheiro público entenderam que era preferível fazer uma obra bem feita e que não tivesse depois que sofrer uma série de reparos ao longo da realização da mesma. O edifício de serviços, abandonaram a ideia, custaria uma estimativa quase vinte milhões de euros e acharam que não fazia sentido porque era demasiado dinheiro. Disse que continuavam a manter aquele compromisso que teve com



aquela Assembleia de incluir obras e gastar aquilo que estava nas suas posses sem hipotecar as boas finanças da autarquia. Disse assim que aquela obra tinha sido uma das obras abandonadas, tendo outras ideias para aquele espaço que em breve teriam oportunidade de partilhar com a Assembleia. Em relação às condutas, concordou com as palavras do deputado, afirmando que a estratégia para o município «de Lagoa tem dois desígnios. A habitação e a substituição das principais condutas adutoras são duas obras fundamentais». Explicou que estão a trabalhar em ambas. Naquela questão das condutas havia dois momentos importantíssimos, dois documentos que eram importantíssimos antes de começarem a poder desenvolver. Primeiro, o estudo que encomendaram e que em breve seria entregue à Câmara, «que é uma radiografia de todas as condutas, de tudo aquilo que são os traçados, do estado em que se encontra a rede de distribuição de águas em baixa, no concelho». Documento fundamental para depois se definirem cronogramas, mapas de intervenção, planos, projetos. O outro são as ZMC, as zonas de medição e controlo, aliás documentos importantíssimos e necessários para conferir a cada projeto o grau de maturação que têm que ter para poderem anteceder o financiamento do PRR. Relativamente àquilo que tinha sido colocado pelo deputado João Cabrita, suplemento de penosidade e insalubridade, afirmou que era para avançar. Explicou que ainda naquele dia tiveram uma reunião com o representante sindical do STAL e com um dirigente do STAL em que afirmou aquilo mesmo. Referiu que tinham razão, o documento inicial não contemplava todas as tarefas dos diversos assistentes operacionais que na sua opinião deviam ser merecedores daquele suplemento. Em outubro ou novembro, houve uma emenda ao documento inicial que vinha alargar o âmbito de aplicação daquela medida, que ainda assim parecia-lhes que deixava de fora alguns dos assistentes operacionais nas tarefas desempenhadas. Disse que lei era lei e não iam esperar mais, logo iam aplicar, tendo uma proposta feita que em breve partilhariam com os sindicatos. Esqueceu-se de dizer ao deputado Joaquim Cabrita que o MUSID era para avançar e as verbas que ali estavam eram as necessárias para se avançar com o projeto do museu. Relativamente à intervenção do senhor deputado municipal Alves Pinto afirmou que não tinha muito a acrescentar àquilo que já disse. De facto, a estratégia que têm para a habitação é num segundo nível na habitação a custos controlados, é claramente para fixar jovens, para trazer para Lagoa mais residentes que são absolutamente necessários sobretudo para garantir mão-de-obra para

Handwritten initials in blue ink.



quilo que é a sua atividade principal económica, o turismo. Terminou dizendo que andava na política já há bastante tempo e que na Assembleia aquele já era o sexto mandato que iniciava. Começou como membro daquela Assembleia em 1997 num primeiro mandato, mas havia sempre alguma coisa que o surpreendia e de facto não podia ser mais surpreendente a intervenção do senhor deputado Alves Pinto, com as críticas que fez ao silo de Ferragudo e à colocação das lombas. É que são precisamente dois projetos que já vinham do tempo em que o senhor deputado Alves Pinto estava naquela Câmara e o Presidente até era o membro que atualmente é um membro do Lagoa Primeiro. Registou também que a intervenção do senhor deputado Alves Pinto também não estava de acordo com o contributo que receberam do Movimento Lagoa Primeiro, portanto ou havia dois movimentos Lagoa Primeiro, ou havia alguma confusão que o Presidente não conseguia entender. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e na ausência de mais inscrições procedeu-se à votação. Foi assim colocado à votação o quinto Ponto, Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do orçamento e grandes opções do plano para o ano 2022. -----

----- **Deliberação: Aprovada** com dezasseis (16) votos a favor do Partido Socialista, dois (2) votos contra do MLP e sete (7) abstenções (PSD 3, CDU 1, BE 1, Chega 1 e 1 de um elemento do MLP). -----

----- Para apresentação da declaração de voto do Bloco de Esquerda foi concedida a palavra ao senhor deputado municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos. -----

----- Tomou a palavra o senhor deputado municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos**, proferindo a seguinte declaração de voto: «No Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2022 está inserido algumas sugestões que o Bloco de Esquerda apresentou ao executivo dando relevância e prioridade à ampliação e beneficiação da rede de abastecimento de água como também, à rede de saneamento e águas residuais, à construção de habitação social, mas que, poderia haver maior investimento. Procura criar algumas bolsas de estacionamento em Lagoa e Carvoeiro o que seguramente beneficiará os visitantes e os residentes. -----

----- Na rubrica de ação social existe num ligeiro aumento em relação ao orçamento de 2021 o que poderá ser ou não suficiente para colmatar as dificuldades sentidas pelas famílias do concelho. -----



----- Existe a aquisição do Pavilhão do Arade pelo valor de 2.500.000€ que poderá ser benéfico para as atividades culturais, desportivas e outros eventos projetando o concelho, mas, não se deve esquecer, o custo anual da manutenção como também, a organização de atividades, mostrando um edifício ativo e principalmente em prol dos lagoenses. -----

----- Neste ponto o Bloco de Esquerda vota em abstenção, visto ser realmente um orçamento que vai de encontro em alguns pontos das propostas por nós já apresentadas. Porém, ainda são escassas, tendo em conta as atuais necessidades da população lagoense».

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e esclareceu que tinha sido enviado para a mesa um voto do senhor Vítor Santos privadamente, mas que votou favoravelmente. Disse que em futura votação, as votações tinham de ser feitas na indicação todos para todos e depois expressavam o sentido de voto e o partido ou coligação em que estavam integrados. De qualquer modo a mesa considerou na proclamação do resultado, contou exatamente com esse voto que chegou aos administradores da videoconferência. Em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

----- Tomou a palavra o senhor deputado municipal **Joaquim José Martins Cabrita**, proferindo a seguinte declaração de voto: « Tendo em conta a proposta de Orçamento Municipal e de Grandes Opções para o próximo ano, não podemos deixar de reconhecer que a mesma contempla algumas das obras que o PSD sempre defendeu serem prioritárias, tais como a substituição das condutas do sistema de água, os investimentos em melhoria da mobilidade urbana e estacionamento, e uma clara aposta na criação de habitação residencial, bem como a manutenção de políticas de apoio social e às associações do concelho. Apesar disso, continua a verificar-se uma política, que não subscrevemos, de obtenção de receita, sem uma correlação com os gastos e investimentos do município, não aliviando os munícipes de carga fiscal de que poderiam beneficiar. -----

----- E continua evidente uma política errática de entrada e saída de projetos dos orçamentos e opções, sem se perceber um fio condutor de investimento e sem uma tradução efetiva em obra, constatando-se ainda que muitas das rubricas orçamentais não estão dotadas de verba que permita perceber imediata execução e não se podendo deixar de constatar que algumas das obras que têm vindo a ser previstas, mesmo apesar de



lançadas, têm sofrido vicissitudes que as impedem de avançar, não podendo o executivo do Partido Socialista fugir ao ónus da sua responsabilidade. -----

----- Assim, entende o Partido Social Democrata que não existindo segurança, nem certeza bastantes para dar o seu aval ao plano e orçamento apresentados, atentas as linhas definidoras, que poderão integrar obras e atuação dentro do que defende e considera prioritário, é de dar o benefício da dúvida à proposta apresentada, abstendo-se na sua votação. Deixa, porém, claro que se trata de uma posição de expectativa e que o ora proposto terá que ser confirmado e consubstanciado na proposta de alteração de orçamento a certamente ser apresentada em função da integração do saldo do ano anterior, esperando-se que daí resulte uma dotação de verbas e um claro compromisso do executivo do Partido Socialista com a concretização das obras e da atuação que verdadeiramente são necessárias para o concelho de Lagoa e para os Lagoenses. -----

----- Esperamos também que, duma vez por todas, termine o percurso errático de entrada e saída de obras e projetos e que uma linha condutora e uma capacidade concretizadora, verdadeiramente aconteçam, para bem do que importa ao concelho e para que não se percam, o tempo e os fundos, sem que realmente as obras e os resultados aconteçam. -----

----- É, pois, um benefício de dúvida e uma coerência com o sempre defendido que justificam esta abstenção». -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e disse que tinha a informação chegada à mesa, que os grupos municipais do Partido Socialista, Movimento Lagoa Primeiro e Chega, apresentariam posteriormente a sua declaração de voto. -----

----- Declaração de voto do PS: «A Proposta de Orçamento casado com as Grandes Opções do Plano para o ano de 2022, que o executivo camarário apresenta a esta Assembleia Municipal para análise e deliberação tem na sua essência, como pano de fundo o que o Partido Socialista apresentou no seu programa eleitoral aos Lagoenses. Designadamente, as suas prioridades, os seus desígnios e os seus compromissos, nomeadamente, o combate à pandemia Covid-19, que visa proteger a saúde os Lagoenses, a recuperação da economia, a substituição das principais condutas de distribuição de água, e na preocupação da habitação a custos controlados, assim como, na continuidade do grande investimento que tem vindo a ser feito no setor da educação, na cultura, desporto, também, no cuidar do espaço público e



dotar o concelho de infraestruturas fundamentais, além de na área da Ação Social, o forte pendor social, com a reconhecida e importante ajuda que tem vindo a ser dada aos Lagoenses mais necessitados e desprotegidos. -----

----- Nestes termos, o Orçamento está elaborado de acordo com a lei, verificando-se na sua essência, que os documentos agora apresentados a esta Assembleia, tem por base a exatidão, a transparência e a seriedade nos processos a que dizem respeito, o que permite continuar a apresentar as finanças equilibradas e sustentáveis, e trabalho e obra feita. -----

----- Assim, nos documentos em análise, verifica-se que o município de Lagoa não tem pagamentos em atraso (+ de 90 dias) e que os fundos disponíveis em novembro deste ano ascendiam a 13 908 426,16€. -----

----- As receitas e as despesas previstas para o ano económico de 2022 ascendem a 40 354 300€, o que se traduz no equilíbrio financeiro do município de Lagoa. -----

E, ainda, com a existência de um saldo previsível positivo de 12 327 713€, resultante das receitas correntes em relação às despesas da mesma natureza. -----

----- Assim, no Orçamento, a receita para o ano de 2022, corresponde a 98,13% de receita corrente e 1,87% de receita capital. -----

----- Como já vimos, a receita prevista para o ano de 2022 ascende a 40 354 300€ e, em relação à receita orçamentada em 2021, tem um acréscimo na ordem de 0,70% que corresponde a 281 620€. -----

----- Já, as despesas previstas para o ano de 2022, ascende também os 40 354 300€, sendo que: 67,58% corresponde a despesa corrente e 31,78% a despesa de capital. -----

----- Neste contexto, o objetivo deste Orçamento é continuar a cumprir com o equilíbrio financeiro e manter as taxas de execução da receita e na despesa na ordem dos 100%. -----

----- Apesar do cenário adverso em que vivemos, e de incertezas, é tempo de encarar com confiança os desafios e dar garantias à nossas gentes que estamos cá para os ajudar. -----

----- Assim, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2022, pautam-se, mais uma vez, pelo rigor, a transparência e seriedade, permitindo continuar a apresentar as finanças municipais equilibradas e sustentáveis, a médio e a longo prazo, além do trabalho e obra feita, que se tem vindo a fazer, onde o objetivo principal são os Lagoenses e, vincar Lagoa como um dos melhores concelhos para viver, trabalhar, estudar e visitar, dando prioridade às pessoas e no seu Investimento, em primeiro lugar. -----



----- De acordo com o que já foi dito, o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, refere o Município Lagoa com uma Gestão rigorosa das finanças da Autarquia que tem vindo a ser realizada por este Executivo Camarário, que nos leva ao 2.º lugar do Ranking relativo ao exercício de 2020 na lista dos concelhos de média dimensão, onde nós estamos inseridos, no que diz respeito à eficácia e eficiência financeira, destacando ainda como o Município com melhor índice de dívida total entre todos os Municípios Portugueses. -----

----- Alcançar estes resultados num ano tão difícil, em plena pandemia de Covid-19, e com o grande investimento na proteção dos Lagoenses, só pode ser motivo de orgulho para nós e para todos os Lagoenses, pelo que, leva a que o Grupo Municipal do Partido Socialista de Lagoa, apele aos Senhores Deputados que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2022, seja aprovado por esta Assembleia. -----

----- Posto isto o Grupo Municipal do Partido Socialista revê-se totalmente na proposta e votará favoravelmente». -----

----- Na ausência de mais declarações de voto passou-se ao **ponto sexto - Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do mapa de pessoal para o ano 2022.** -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação explicou que o mapa de pessoal era feito de acordo com aquilo que se pretendia executar ao longo daquele ano económico, o ano de 2022. Deixou a informação de que, aquando da inclusão do saldo de gerência, também apresentariam uma primeira revisão daquele mapa de pessoal acompanhado do novo organograma da Câmara Municipal de Lagoa que vigorará para todo o mandato autárquico que há pouco se iniciou. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara e abriu as inscrições para a discussão daquele ponto. Não se tendo registado qualquer intervenção se procedeu à votação. Foi assim colocado à votação o sexto ponto, apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do mapa de pessoal para o ano 2022. -----

----- **Deliberação: Aprovada** com dezanove (19) votos a favor (PS 16 e MPL 3) e seis (6) abstenções (PSD 3, CDU 1, BE 1 e Chega 1). -----



F

-----Para apresentação da declaração de voto do PSD foi concedida a palavra ao senhor deputado municipal José Inácio Marques Eduardo. -----

-----Tomou a palavra o senhor deputado municipal **José Inácio Marques Eduardo**, proferindo a seguinte declaração de voto: «O Partido Social Democrata votou em abstenção por não nos revermos em algumas, e são bastantes, das opções que ocorrem no mapa de pessoal, tal como frisámos anteriormente várias vezes noutras circunstâncias. Contudo, entendemos que isso são opções de quem assume a gestão quotidiana, no sentido de procurar implementar a sua política» ... -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, esclareceu que estavam a meio da intervenção do representante do grupo municipal do PSD para a leitura da declaração de voto, atendendo a que julgava que tinha havido um problema no sinal da internet, agradecia ao PSD que fizesse chegar a declaração de voto aos serviços da Assembleia municipal, que depois seriam divulgados pelos senhores deputados municipais. Na ausência de mais declarações de voto passou-se ao ponto sétimo, apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal nos contratos interadministrativos de delegação de competências para o ano 2022 entre o município de Lagoa e a União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro, União de Freguesias de Estômbar e Parchal, Junta de Freguesia de Porches, Junta de Freguesia de Ferragudo. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, propôs que a discussão fosse feita em conjunto, o ponto e todos os seus subpontos e fosse votado em separado. Não se tendo registado qualquer manifestação de voto contra, considerou-se a proposta de metodologia da mesa aprovada por unanimidade. Em seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** disse tratar-se de propostas, que à semelhança do que é uso nesta casa à longa data, de delegação de competências desta feita através de contratos interadministrativos dessas delegações de competências nas Juntas de Freguesia e nas Uniões de Freguesia atendendo o princípio da subsidiariedade, sendo certo que estas propostas são precedidas de uma negociação com as respetivas Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia. E também tendo em conta que nos termos da lei de descentralização

J
f



de competências, este será o último ano em que esta proposta de delegação de competências será apresentada, tendo em conta que para o próximo ano 2023 terão que tratar e apresentar uma proposta no âmbito da nova lei e descentralizar nas freguesias as competências que são possíveis de descentralizar e com as quais e para as quais estão já a negociar. Já iniciaram esse procedimento negocial com as respetivas Juntas e Uniões de Freguesia. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal e declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto, tendo sido concedida a palavra à senhora deputada municipal Telma Isabel Alberto Viana. -----

----- No uso da palavra concedida, a senhora deputada municipal **Telma Isabel Alberto Viana** cumprimentou todos os presentes e deixou claro que o seu grupo municipal sempre concordou com a delegação de competências nas juntas de Freguesia por acharem que as mesmas consistem numa forma mais próxima que os munícipes têm de ter contacto com o poder autárquico e também porque são conscientes de que as juntas de Freguesia têm uma grande escassez de meios para poderem atuar. Contudo, e mais uma vez lamentaram o facto de não poderem votar a favor, «porque as propostas que são apresentadas cingem-se apenas às despesas correntes e não constituem para o grupo municipal do PSD a melhor forma de executar a transferência das competências, por mais uma vez não resultar em nada em concreto». -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto** disse que esteve a ler aqueles contratos, acordos de execução de delegação de competências e tinha para ele que foi uma oportunidade perdida, uma vez que aquele era o último ano que se iriam fazer naqueles moldes, para o ano seria uma nova legislação como tinha acabado de dizer o senhor Presidente da Câmara e, portanto, seria aquele um ano de experiência de fazer uma nova delegação de competências que fizesse a transição de processos do que vinha para aquilo que vai ser. Afirmou que o que continuava a ver naqueles acordos eram descrições, não havendo nenhuma espécie de quantificação. Tentou



olhar para um mapa que também lhes foi concedido em termos de quantos eram os habitantes, as unidades hoteleiras, a população da Freguesia para ver se conseguia descobrir ali alguma formulação e efetivamente deu-lhe muito trabalho, mas não conseguiu nada e, portanto, continuava com a sensação de que aquilo era mais do mesmo como disse o senhor Presidente da Câmara daquilo que se vinha fazendo há não sabia quantos anos e continuavam na mesma. Achava que não se tinha aproveitado aquela oportunidade para fazer a transição para um modelo verdadeiro de delegação de competências. Afirmou que sempre esteve em desacordo com aquilo e continuava cada vez a estar mais. Esperava que o próximo modelo de delegação de competências fosse um efetivo modelo de delegação de competências e não aquela coisa que se apresentava ali em que não se conseguia sequer analisar diferenças de apoio às várias freguesias, não se conseguia saber quais eram as quantidades de serviço que tinham sido contratualizadas e quais aquelas que seriam realizadas. Comentou que num acordo tem sempre que haver penalizações, ou seja, ou fazem o serviço, ou haverá aquela sanção. Ali não, transferem-se as verbas em 2022, com as descrições vagas, remoção de detritos, lixos e monos das zonas definidas em sede de protocolo, ou elaboração de ações de sensibilização para a sua preservação e aquilo incluído num projeto de limpeza de vias e espaços públicos em zonas que não tenham um concurso municipal. Afirmou que continuavam naquelas coisas vagas e aquilo não era um acordo de execução, achando que aquilo tinha sido uma oportunidade perdida em preparar quer a Câmara, quer as Juntas de Freguesia para aquilo que no próximo ano seria exigido por lei. ---

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Luís Filipe dos Santos Alberto. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Luís Filipe dos Santos Alberto** cumprimentou todos os presentes e disse que Pedro negou por três vezes conhecer Jesus, escrito no evangelho do novo testamento, mas quer no dia anterior, quer naquele dia, quer naquela Assembleia, quer mesmo na Assembleia de Freguesia de Ferragudo o mesmo já devia ter sido perdoado, pois tantas tinham sido as vezes que o MLP tinha conseguido fazer melhor. Por isso e para que os senhores deputados que desconhecem ou possuem barreiras na memória, gostaria de contar uma breve história relativa às delegações de competências nas juntas de Freguesia. Chegado ao final de 2013, em setembro, surgiu um

Handwritten initials in blue ink, possibly "J" and "F".



novo regime das autarquias locais, a lei 75/2013 de 12 de setembro, bem como um novo executivo à frente dos destinos da Câmara Municipal de Lagoa. Até então, as juntas de Freguesia efetuavam contratos de delegação de competência em que as mais pequenas como sempre recebiam menos e as maiores obviamente mais. Contudo, aquelas juntas detinham uma delegação antiga da Câmara Municipal de Lagoa relativamente à ocupação de via pública e publicidade que lhes foi retirada em 2013, aliás para o ano de 2014, apesar da lei permitir a sua continuidade, porque a lei 75/2013 para quem a leia, permite a continuidade daquela ocupação de via pública e publicidade, e então foram colocados os valores provisionais da cobrança nos primeiros contratos interadministrativos, e acordos de execução foram efetuados a quatro anos, e então não ouviu ninguém, quem esteve naquele lado, mas que está naquele, reclamar dos mesmos. Assim, os novos contratos eram uma soma dos antigos valores da ocupação de via pública e das delegações de competências, ou seja, onde a junta possuía como receitas correntes próprias a ocupação de via pública e cerca de setenta por cento das receitas de delegação de competências negociadas, passou após 2014 a deter somente as receitas correntes de delegação de competências. Não sabia se tinham percebido, após 2014, grande parte da delegação de competências foi de receitas correntes, porque as juntas não foram ressarcidas da ocupação de via pública que perderam. Contudo, o município achou que fez um grande negócio, pois as juntas de Freguesia que cobravam mais de cento e cinquenta mil euros por ano de ocupação de via pública, receberam aquele valor ao nível da delegação de competências, mas o município só passou a cobrar apenas cerca de quinze mil euros de receita anual de ocupação de via pública, aí sim, boa gestão. Assim, atualmente e apesar do aumento dos últimos dois anos, as receitas correntes das delegações de competências não são mais do que o somatório efetuado há oito anos atrás, sem ter em conta aumentos de inflação, custos com pessoal, eletricidade que tal como no dia anterior viram estava a aumentar todos os dias, e aquela é a realidade. Explicou que atualmente a realidade das freguesias era bastante diferente, pois aquelas há oito anos atrás, aceitaram proporcionar aos seus fregueses novos serviços, novas comunidades, novos equipamentos entretanto construídos com acréscimo de pessoal, despesas inerentes, pois desde então ficou assente que as despesas correntes serviriam para tal. Durante aqueles anos, as juntas fizeram e continuam a fazer, aumentaram a sua eficácia, ação administrativa, colocaram novas pessoas nas juntas de Freguesia face àquela delegação



de competências, continuaram a apoiar os seniores, a abrir centros seniores, mantiveram os equipamentos urbanos e muitas vezes deles construídos em sede de receitas de capital, ou seja, para os que são mais novos, ou para aqueles que se esquecem, se tiverem despesas de capital logicamente terão despesas correntes à posteriori, limpeza de espaços e vias públicas, animação cultural e desportiva, bem como um sem número de coisas desde então. Afirmou que a memória dos homens atualmente parecia curta, tal como as suas palavras, pois os que se arvoraram em defensores da legalidade, da descentralização da autonomia no momento queriam cercear o que ajudaram a construir. Deixando-se de histórias, passou à legislação tal como ela era, sobretudo ao que é o ver conhecer. Afirmou que era certo que tanto a Câmara como as Juntas não eram aquelas as competências que queriam. Explicou ainda que com a entrada do decreto-lei 57/2019 já não iam ser feitos contratos administrativos, mas sim termos de cedência. Contudo, aqueles contratos administrativos de delegação de competências poderiam continuar a ser feitos noutros âmbitos. Pediu aos presentes que lessem não só a lei 75/2013, como também a lei 50/2018 e o decreto-lei 57/2019 e que os interpretassem no conjunto «e sem mágoas e sem pruridos contra as juntas de Freguesia,». O decreto-lei 50/2017 consagra que as freguesias são titulares de novas competências transferidas, deixando de exercer por delegações de competências quer a título de contratos, ou acordos de execução. Enquanto tal não acontecer, os acordos de execução em vigor continuarão, até que os municípios analisem as novas competências a delegar e a sua exequibilidade, bem como procedam a estudos de forma a identificar o elenco das missões, espaços vias e equipamentos que se revelem imprescindíveis para os municípios gerir, bem como todos os que possam ser desafetados a quem tem melhor os recursos humanos e financeiros e esperemos que se concretizem em 2022, conforme as negociações já iniciadas. Disse que com certeza as juntas de Freguesia seriam as primeiras a manter o espírito da lei como diria Freitas do Amaral, «elas são pessoas coletivas públicas da população e território, correspondente aos agregados residentes em diversas circunscrições do território nacional e que asseguram a prossecução dos interesses comuns resultantes da vizinhança, mediante órgãos próprios representativos dos respetivos habitantes». Terminou salientando que os Presidentes de Junta tinham sido eleitos por todos e trabalhavam por todos. -----



----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho**. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** disse ao senhor Presidente da Câmara Municipal que antes de falar daquele ponto queria deixar claro que no programa do MLP não estava lá a defender nenhuma lombas nem nenhum silo para Ferragudo. Queria que aquilo ficasse claro porque as palavras deselegantes que o senhor Presidente tinha proferido ao deputado Alves Pinto não correspondiam à realidade, o que foi no passado é o passado. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, pediu ao senhor deputado **Diamantino Ruivinho** que se ativesse exclusivamente ao ponto da ordem do dia. Disse que no dia anterior o senhor interveio num ponto que já iam à frente e retrocederam. Naquele momento estava a introduzir matérias que não eram próprias do ponto e assim nunca mais chegariam ao fim e não havia disciplina na organização do trabalho. -----

----- Tomou o uso da palavra, o senhor deputado municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho**, esclarecendo que não quis depois do senhor Presidente da Câmara voltar a intervir porque já tinha gasto o seu tempo. O que era certo era que tinha sido uma deselegância e não correspondia à verdade. Sobre aquele ponto da ordem de trabalhos, afirmou que estava contra claramente e iria votar contra aquelas delegações de competências, falando com conhecimento de causa, porque foi Presidente de Junta e nunca fez nenhuma delegação de competências. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa explicou ao senhor deputado que a mesa não estava a perceber o que é que ele estava a responder, porque não viram qualquer ato que antecederesse. -----

----- Tomou o uso da palavra, o senhor deputado municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** perguntando se não viam a expressão do senhor Luís Alberto, achando que aquilo estava gravado. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, disse que não viu qualquer coisa que fosse ofensiva ou ridicularizada, agradecendo ao



deputado que seguisse com a sua intervenção e utilizasse uma linguagem própria para a sessão. -----

----- Tomou o uso da palavra, o senhor deputado municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho**, dizendo que era evidente que o gesto valia mais que as palavras. Afirmou que estava contra aquela delegação de competências por uma questão de fundo. Enquanto foi Presidente de Junta, não fez delegação de competências que não fosse para capital e aquilo para ele era uma questão central e como tal, aquelas delegações de competências que ali estavam eram delegações de competências que não eram nem transparentes, nem claras, não quantificavam o trabalho a realizar e não se sabia para onde iam, havendo uma falta de transparência total relativamente às verbas deslocadas para as juntas. Esclareceu que não era o valor que estava em causa, mas sim para que serviam e onde iriam ser aplicadas, para quê, em que ruas, em que muros, onde era feito o trabalho. Não se sabia minimamente o que ali era feito. Achava que aquilo era uma delegação de competências que omitia claramente no concreto e para o próximo ano queria ver os relatórios relativamente aos trabalhos que são feitos. As juntas de Freguesia têm custos com o pessoal superiores às receitas próprias e é a delegação de competências que está no fundo, a resolver aquele tipo de problemas. Referiu que podia existir uma Junta de Freguesia que não tinha aquele problema, mas as outras tinham e, portanto, era ir ver. «pode existir uma Junta de Freguesia que não tenha esse problema, porque as outras têm». Disse que era ir ver os custos com o pessoal e as receitas próprias das juntas. Afirmou que através da delegação de competências estava-se a tapar um buraco e a resolver um problema que existiu por opções políticas tomadas antecipadamente. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim João Lopes Paulo. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim João Lopes Paulo** lamentou o desnível em que estavam referindo que gostaria muito que aquilo não voltasse para aquele tipo de conversas. Disse que a falta de transparência se calhar nem era naquele setor, constatando que havia outros setores no concelho que tinham muita falta de transparência. Na opinião que emanaram em relação à delegação de competências da oposição valia aquilo que valia que era a opinião, obviamente que sim, «mas toda a gente

2 4



sabe que as juntas de Freguesia têm um merecer dos custos muito nivelados, têm pouca autonomia para fazer alguma coisa». Explicou que, com aquele tipo de transferências, tinha de haver uma parceria com a Câmara para fazerem algum trabalho e aquele trabalho era feito, não havendo falta de transparência. Acha curioso que a oposição diz que vota contra, depois no direito de oposição vêm falar de sugestões que não sabe com que dinheiro querem que façam, é uma coisa curiosa. Disse que há oito anos que estavam no poder e aquela delegação de competências sempre foi feita com toda a transparência e frontalidade, aliás a própria contabilidade dizia e apresentava aquilo. Explicou que ia tomar nota de algumas obras que fizeram com base naquela delegação de competências, sem ela não tinha sido possível fazerem aquilo que tinham feito até ao momento. Disse ainda que não admitia que ninguém dissesse que não tinham transparência no que estavam a fazer. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, pediu ao deputado que não enunciasse as obras, porque estavam a perder imenso tempo, não interessando o que foi feito, mas sim o que estavam a discutir para o futuro. ----

----- Tomou o uso da palavra, o senhor deputado municipal **Joaquim João Lopes Paulo** dizendo que respeitava a opinião do senhor Presidente e admitindo que se estava a exceder em termos de tempo, mas não podia conceber como é que aquelas afirmações levianamente ditas pudessem passar impune, «porque quem sabe, quem conhece as juntas de Freguesia, o orçamento que elas têm, se não fosse aquele tipo de delegação de competências que é a última vez que vai acontecer, mas tem acontecido e em boa hora, as parcerias são importantíssimas para a governação da união de freguesias de qualquer concelho, toda a gente sabe só quem é cego é que não vê as obras que temos feito, e são em termos de obras físicas e sociais de grande importância». Disse que não podia conceber que se chegasse a um nível tão baixo daquela maneira, porque havia contabilidade feita, orçamentos feitos, visibilidade das obras que eram feitas. Perguntou o que é que aquilo tinha a ver com correntes e capital e se lhe estavam a querer ensinar o que era um departamento de correntes e capital. Explicou que até ao momento tinham de aproveitar aquilo que tinham à sua mercê, afirmando que a parceria que as juntas de Freguesia têm com a Câmara, tem sido muito importante e profícua. Disse que respeitavam a opinião da oposição por um lado e por outro, que se não fosse aquela delegação de competências



nunca teriam conseguido na união de freguesias de Lagoa e Carvoeiro fazer grandes obras de recuperação pública e social, assim como em termos de eventos culturais. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção, e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim José Martins Cabrita** deixou três notas, começando por afirmar que não gostava que a Assembleia Municipal aumentasse as audiências e o interesse por ter baixado o nível das comunicações e da forma como as pessoas se relacionam no que dizem, no que expressam de atitudes e naquilo que depois serve para chacota. Explicou que ali até podia estar muito divertido e bem-disposto porque é a oposição, representa-a e aquelas questões mal resolvidas só podem beneficiar quem é a oposição, mas parece-lhe que de facto o nível do discurso quando se fala e quando se ouve tem de ser respeitado porque isso faz parte. Referiu que gostava que o Partido Socialista e os senhores presidentes de Junta faziam parte do Partido Socialista, não pusessem a oposição no mesmo saco nem generalizassem, porque cada coisa era como era. O Partido Social Democrata teve o cuidado de dizer ali que se ia abster porque concordava com o princípio da delegação, não concordando com aquela delegação em concreto. Não é a oposição vota contra e depois vêm cá pedir coisas porque ao generalizar está-se a cometer injustiças, está-se a desrespeitar quem tem uma posição e naquilo um deputado tem que ser muito exigente. Quanto à terceira nota, disse que tinham realmente que começar a andar para a frente se não queriam ter uma Assembleia Municipal no dia de fim do ano. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Luís José Soares Bentes. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Luís José Soares Bentes** cumprimentou todos os presentes e referiu que não ia estar ali a falar como os seus colegas em pormenores, apesar de se ter contido muito nas últimas intervenções que tinha ouvido para não fazer a sua, achando, por bem dar umas palavrinhas em relação a tudo, começando por 2013. Em 2013, a Junta de Freguesia de Porches foi equiparada a Ferragudo, começou a receber a mesma verba que Ferragudo recebia, em 2013, 2014, 2015. Esclareceu que estava



a transmitir aquilo só para terem a noção, e nos últimos anos ainda receberam menos que Ferragudo, ou seja, são a terceira freguesia maior do concelho, mas estão a receber como a quarta ou quinta freguesia do Concelho que já nem existe. Disse que estava a ouvir a oposição estar ali a comentar tudo, mas eles em si, diziam-no num cômputo geral, achando que eles não deveriam começar a individualizar as intervenções, porque eles tinham a memória muito curta em relação a certas situações. Afirmou que no orçamento não interveio e devia ter intervindo, porque a memória foi muito curta ali, porque grande parte dos projetos que não se fez em Porches foi por culpa de quem lá estava na altura que deixou cair os projetos e atualmente estão a culpar, fazendo um malabarismo quando eles é que tiveram grande parte da culpa. Disse que não concordava com aquelas partes que vinham naquele momento e que não queria deixar de dar o seu apoio à Câmara em função do que tinham feito por Porches que anteriormente não fizeram. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Luís Filipe dos Santos Alberto. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Luís Filipe dos Santos Alberto** esclareceu que se os seus gestos tinham sido mal interpretados, ele estava a mandar alguém sair da sala. Esclareceu que tinha acabado de ter Assembleia de Freguesia e estava a falar com eles para saírem, como quem tinha estado ali na Assembleia podia testemunhar. Contudo, foram verbalizadas e gravadas situações que deixariam para a posteriori. Explicou que enquanto presidentes de Junta faziam não só o que sabiam, mas o melhor que os deixavam em todas as áreas do seu dia-a-dia. Notou que no futuro as delegações de competências não seriam como estavam atualmente, sendo atribuídas definitivamente às juntas de Freguesia depois daquela Assembleia aprovar as suas missões, «não é com contratos programa, nem com contratos administrativos, nem com outra forma, é apenas com um termo de cedência». Referiu que aí sim, poderiam avaliar o trabalho dos presidentes de Junta, atualmente com aquelas referências que todos acham bastante latas, podem colocar as dúvidas que quiserem. Disse que naquele dia na Assembleia de Freguesia e não estando ele presente a intervir, pôde também observar algumas pessoas que estiveram na Assembleia de Freguesia de Ferragudo na Junta de Freguesia de Ferragudo,



foram chefes de gabinete do senhor Presidente da Câmara e adjuntos a contradizerem tudo aquilo que defenderam sobre elas. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção, e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto** disse que ia falar apenas para o deputado Joaquim João, por quem sempre teve consideração, mas daquela vez tinha de fazer um reparo «ouve aquilo que eu digo, não oiças aquilo que outros comentam». Aquilo que disse foi, perdeu-se uma oportunidade de pôr as juntas a funcionar em transição para aquilo que aí vem. Afirmou que continuava a manter aquilo que tinha dito e que aquela delegação de competências não era coisa nenhuma, porque aquilo era fazer mais do que ia sendo feito ao longo dos anos, apenas servia para tapar buracos e não ia fazer aquilo que as juntas precisavam. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção, e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim João Lopes Paulo, apelando a que fosse sintético, preciso e conciso na sua intervenção. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim João Lopes Paulo** afirmou que aquela era a opinião do deputado Alves Pinto e valia aquilo que valia e respeitava-a. Em relação ao deputado Joaquim Cabrita, explicou-lhe que não tinham nenhum problema por resolver, estando pela parte do Partido Socialista tudo resolvido há muito tempo. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e na ausência de mais inscrições, procedeu-se à votação. Foi assim colocado à votação o **ponto sete ponto um, contratos de delegação de competência para o ano 2022 entre o município de Lagoa e a União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro**. -----

----- **Deliberação: Aprovada** com dezassete (17) votos a favor (PS 16 e CDU 1), cinco (5) abstenções (PSD 3, BE 1 e Chega 1) e três (3) votos contra do MLP. -----

----- Em seguida, procedeu-se à votação do **ponto sete ponto dois, contrato administrativo de delegação de competências para o ano 2022 entre o município de Lagoa e a União de Freguesias de Estômbar e Parchal**. -----

J. F.



----- **Deliberação: Aprovada** com dezassete (17) votos a favor (PS 16 e CDU 1), cinco (5) abstenções (PSD 3, BE 1 e Chega 1) e três (3) votos contra do MLP. -----

----- Em seguida, procedeu-se à votação do **ponto sete ponto três, contrato administrativo de delegação de competências entre o município de Lagoa e a Junta de Freguesia de Porches.** -----

----- **Deliberação: Aprovada** com dezasseis (16) votos a favor (PS 15 e CDU 1), cinco (5) abstenções (PSD 3, BE 1 e Chega 1) e quatro (4) votos contra (MLP 3 e PS 1). -----

----- Em seguida, procedeu-se à votação do **ponto sete ponto quatro, contrato interadministrativo de competências entre o município de Lagoa e a Junta de Freguesia de Ferragudo.** -----

----- **Deliberação: Aprovada** com dezassete (17) votos a favor (PS 16 e CDU 1), cinco (5) abstenções (PSD 3, BE 1 e Chega 1) e três (3) votos contra do MLP. -----

----- Para apresentação da declaração de voto do PSD foi concedida a palavra à senhora deputada municipal Telma Isabel Alberto Viana. -----

----- Tomou a palavra a senhora deputada municipal **Telma Isabel Alberto Viana**, proferindo a seguinte declaração de voto «O PSD sempre concordou com a delegação de competências nas juntas de Freguesia, incluindo os anos em que presidia à Câmara Municipal, por se achar que esta é a forma mais próxima que os munícipes têm de interagir com o poder autárquico e, porque conhecemos a escassez de meios próprios das freguesias. Esse, continua a ser o entendimento do nosso grupo municipal. Contudo, lamentamos o facto de não podermos votar a favor, mas considerando que estas propostas concretas de delegação pela sua generalidade e sem concretizações, por se centrarem essencialmente em despesas correntes genéricas, não constituem a melhor forma para a transferência de competências, porque delas não resultam ações em concreto, porque dificultarão o controle e por sermos da opinião que este é um documento de grande importância e que carecia de bastantes melhorias. Não podemos subscrever a proposta e por isso só nos podemos abster». -----

----- Na ausência de mais declarações de voto passou-se ao **ponto oitavo, Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da autorização prévia do compromisso plurianual prevista na alínea c) do nº. 1 do art. 6º. Da lei 8/2012 de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público de empreitada de reabilitação de edifício na rua Coronel**



Figueiredo em Lagoa, pelo valor global de 370.868,21€, sendo 309.056,84 no ano 2022 e 61.811,37 no ano 2023. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto, tendo sido concedida a palavra ao senhor deputado municipal Jorge Albano da Encarnação Ramos. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Jorge Albano da Encarnação Ramos** disse que já que era uma habitação num edifício que foi adquirido à farmácia Maceta, gostava de saber qual foi o valor daquela aquisição. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** indicou que desde o ponto oitavo até ao décimo sexto o que estava em causa era a votação, a aprovação ou não, do compromisso plurianual por parte da Assembleia e no cumprimento da lei. De qualquer forma estaria sempre disponível para esclarecer as questões que os senhores deputados municipais tivessem relativamente a qualquer um dos processos. Relativamente à questão colocada, o valor de aquisição daquele imóvel foi de trezentos e cinquenta mil euros. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e na ausência de mais inscrições procedeu-se à votação. Foi assim colocado à votação o oitavo ponto, Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da autorização prévia do compromisso plurianual prevista na alínea c) do nº. 1 do art. 6º. Da lei 8/2012 de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público de empreitada de reabilitação de edifício na rua Coronel Figueiredo em Lagoa. -----

----- **Deliberação: Aprovada** com dezanove (19) votos a favor (PS 16 e MLP 3), cinco (5) abstenções (PSD 3, CDU 1, BE 1) e um (1) voto contra do Chega. -----

----- Na ausência de declarações de voto avançou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. **Ponto nono, Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal da autorização prévia do compromisso plurianual prevista na alínea c) nº. 1 do art. 6º. da lei 8/2012 de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público com publicação no JOUE, para a prestação de serviços de limpeza urbana no concelho de Lagoa durante o período de três**

J. F.



anos pelo valor global de 7.420.000€, sendo 412.222,23€ no ano 2022, 2.473.333,33€ no ano de 2023, 2.473.333,33 no ano 2024 e 2.061.111,11€ no ano 2025. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto. Não se tendo registado qualquer intervenção passou-se à votação. Foi assim colocado à votação o nono ponto, Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal da autorização prévia do compromisso plurianual prevista na alínea c) nº. 1 do art. 6º. da lei 8/2012 de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público com publicação no JOUE, para a prestação de serviços de limpeza urbana no concelho de Lagoa durante o período de três anos pelo valor global de 7.420.000€, sendo 412.222,23€ no ano 2022, 2.473.333,33€ no ano de 2023, 2.473.333,33 no ano 2024 e 2.061.111,11€ no ano 2025. -----

----- **Deliberação: Aprovado** com vinte e dois (22) votos a favor (PS 16, PSD 3 e MLP 3) e três (3) votos contra (CDU 1, BE 1, Chega 1). -----

----- Para apresentação da declaração de voto do Bloco de Esquerda foi concedida a palavra ao senhor deputado municipal Jorge Albano da Encarnação Ramos. -----

----- Tomou a palavra o senhor deputado municipal **Jorge Albano da Encarnação Ramos**, proferindo a seguinte declaração de voto: «O atual executivo desta Câmara tem se empenhado em admitir pessoal para que haja respostas mais céleres, mas, esquece-se ou ignora, admitir pessoal para estas tarefas tão relevantes para o concelho de Lagoa. ----- O Bloco de Esquerda discorda por completo este tipo de concurso para adjudicação da limpeza. Verifica-se que a área de limpeza que ainda a Câmara assegura, passa para a alçada deste concurso público. Não existe um esforço em aumentar as áreas de limpeza por parte da Câmara, pelo contrário o que possibilitava mais postos de trabalho no setor em questão. Assim o Bloco de Esquerda vota contra a referida proposta». -----

----- Na ausência de mais declarações de voto passou-se ao **ponto décimo, Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal das alterações do cronograma financeiro e dos compromissos plurianuais anteriormente assumidos relativo ao concurso público de aquisição de serviços de limpeza e desobstrução de coletores de água residuais, limpeza e fossas sépticas e dos poços de bobagem do ano 2020/2022 no valor global de 164.293, 150.230,62 no ano de 2020, 77.889,55 no ano 2021 e 36.072,83 no ano 2022.** -----



F. J.

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto. Não se tendo registado qualquer intervenção passou-se à votação. Foi assim colocado à votação o décimo ponto, Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal das alterações do cronograma financeiro e dos compromissos plurianuais anteriormente assumidos relativo ao concurso público de aquisição de serviços de limpeza e desobstrução de coletores de água residuais, limpeza e fossas céticas e dos poços de bobagem do ano 2020/2022 no valor global de 164.293, 150.230,62 no ano de 2020, 77.889,55 no ano 2021 e 36.072,83 no ano 2022. -----

----- **Deliberação: Aprovada** com vinte e um (21) votos a favor (PS 16, PSD 2, MLP 3), duas (2) abstenções (CDU 1 e Chega 1) e um (1) voto contra do BE. -----

----- Na ausência de declarações de voto avançou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. Ponto décimo primeiro, Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal da autorização prévia de compromisso plurianual prevista na alínea c) do nº. 1 do art. 6º. Da lei 8/2012 de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público de prestação de serviços de limpeza e desobstrução de coletores de águas residuais, limpeza de fossas céticas e de posse de bobagem pelo valor global de 238.166€. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto, tendo em seguida concedido a palavra ao senhor deputado municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** alertou que no ponto anterior fazia referência que em 2022 seriam cinco meses, enquanto que no ponto atual em 2022 eram dez meses. Informou que estava a ver ali três meses sobrepostos, pedindo que o esclarecessem sobre aquela questão. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para responder às questões colocadas. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** disse que aquela questão também acabou por ser colocada e devidamente esclarecida na altura. Explicou que aquele procedimento tinha a



particularidade de ter por cinco meses ou até esgotar da verba. À cautela e enquanto decorre o lançamento de um novo procedimento e para terem o tempo útil necessário para lançar o procedimento sem qualquer tipo de sobressalto, foi opção dos técnicos fazer o lançamento do processo daquela forma. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e na ausência de mais inscrições procedeu-se à votação. Foi assim colocado à votação o décimo primeiro ponto, Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal da autorização prévia de compromisso plurianual prevista na alínea c) do nº. 1 do art. 6º. Da lei 8/2012 de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público de prestação de serviços de limpeza e desobstrução de coletores de águas residuais, limpeza de fossas céticas e de posse de bobagem pelo valor global de 238.166€. -----

----- **Deliberação: Aprovada** com vinte e três (23) votos a favor (PS 16, MLP 3, PSD 3 e Chega 1) e dois (2) votos contra (CDU 1 e BE 1). -----

----- Na ausência de declarações de voto avançou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. **Ponto décimo segundo – Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal da autorização prévia do compromisso plurianual relativo ao concurso público da empreitada de trabalho de regularização de pavimentos no concelho pelo valor global de 156.339,40 €, sendo 16.339,40 € no ano de 2021 e 140.000,00 € no ano de 2022.** -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto. Não se tendo registado qualquer intervenção passou-se à votação. Foi assim colocado à votação o décimo segundo ponto, Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal da autorização prévia do compromisso plurianual, relativo ao concurso público da empreitada de trabalho de regularização de pavimentos no concelho pelo valor global de 156.339,40 €, sendo 16.339,40 € no ano de 2021 e 140.000,00 € no ano de 2022. -----

----- **Deliberação: Aprovada** com vinte e três (23) votos a favor (PS 16, MLP 3, PSD 3, Chega 1) e duas (2) abstenções (CDU 1 e BE 1). -----

----- Na ausência de declarações de voto avançou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. **Ponto décimo terceiro – Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal da alteração do cronograma financeiro e do compromisso plurianual relativo ao Concurso Público da empreitada de construção da Casa Mortuária de Ferragudo – Consulta**



Prévia - no valor global de 153.547,02 €, sendo 73.433,08 € no ano de 2021 e 80.113,94 € no ano de 2022. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia de Lagoa, declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto, tendo em seguida concedido a palavra à senhora deputada municipal Telma Isabel Alberto Viana. -----

----- No uso da palavra concedida, a senhora deputada municipal **Telma Isabel Alberto Viana** explicou que o PSD concordava em pleno com aquelas obras, achando que as mesmas eram necessárias e constituíam uma mais-valia para o concelho. Contudo, achavam que estava na altura de começar a adaptar o calendário ao tempo real, ou seja, adaptar aquilo a um calendário de execução, porque aquela calendarização daquelas três obras, falando nos pontos treze, catorze e décimo quinto, já obedeceu aos critérios eleitorais. Explicou que o que queriam mesmo era a obra concluída. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e na ausência de mais inscrições passou-se à votação. Foi assim colocado à votação o décimo terceiro ponto, Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal da alteração do cronograma financeiro e do compromisso plurianual relativo ao Concurso Público da empreitada de construção da Casa Mortuária de Ferragudo – Consulta Prévia - no valor global de 153.547,02 €, sendo 73.433,08 € no ano de 2021 e 80.113,94 € no ano de 2022. -----

----- **Deliberação: Aprovada** com vinte e quatro (24) votos a favor (PS 16, MLP 3, PSD 3, Chega 1 e BE 1) e uma (1) abstenção da CDU. -----

----- Na ausência de declarações de voto avançou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. **Ponto décimo quarto – Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal da alteração do cronograma financeiro e do compromisso plurianual, relativo ao concurso público da empreitada de construção do edifício para a universidade sénior no valor global de 458.173,30 €, sendo 13.981,47 € no ano de 2020, 290.772,16 € no ano de 2021 e 153.419,67 € no ano de 2022.** -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto. Não se tendo registado qualquer intervenção passou-se à votação. Foi assim colocado à votação o décimo ponto, Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal da alteração do



cronograma financeiro e do compromisso plurianual, relativo ao concurso público da empreitada de construção do edifício para a universidade sénior no valor global de 458.173,30 €, sendo 13.981,47 € no ano de 2020, 290.772,16 € no ano de 2021 e 153.419,67 € no ano de 2022. -----

----- **Deliberação: Aprovada** com vinte e dois (22) votos a favor (PS 16, MLP 3, PSD 3) e três (3) abstenções (CDU 1, BE 1 e Chega 1). -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que estavam a chegar à meia-noite, hora do termo daquela sessão, propondo ao abrigo do disposto no artigo 26 n.º 2 do regimento, a prorrogação por uma hora dos trabalhos daquela sessão Ordinária da Assembleia Municipal. Não se tendo registado qualquer manifestação de voto contra, considerou-se a proposta de prorrogação do prazo aprovada por unanimidade. Em seguida avançou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. Ponto décimo quinto – Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal da alteração do cronograma financeiro e do compromisso plurianual relativo ao concurso público da empreitada de requalificação da pista de atletismo do estádio da Bela Vista, no valor global de 615.453,53 €, sendo 260.057,43 € no ano de 2021 e 355.396,10 € no ano de 2022. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto. Não se tendo registado qualquer intervenção passou-se à votação. Foi assim colocado à votação o décimo quinto ponto, Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal da alteração do cronograma financeiro e do compromisso plurianual relativo ao concurso público da empreitada de requalificação da pista de atletismo do estádio da Bela Vista, no valor global de 615.453,53 €, sendo 260.057,43 € no ano de 2021 e 355.396,10 € no ano de 2022. -----

----- **Deliberação: Aprovada** com vinte e três (23) votos a favor (PS 15, MLP 3, PSD 3, Chega 1 e CDU 1) e uma abstenção do BE. -----

----- Para a apresentação da declaração de voto do PSD foi concedida a palavra à senhora deputada municipal Telma Isabel Alberto Viana. -----

----- Tomou a palavra a senhora deputada municipal **Telma Isabel Alberto Viana** afirmando que a sua declaração de voto servia para os pontos treze, catorze e quinze e que depois a faria chegar aos serviços. «O grupo municipal do PSD considera importantes todas as obras



em questão, visto que todas elas nos diferentes planos de ação constituem uma mais-valia para os lagoenses e para o nosso município, e esta é a justificação para o nosso voto favorável aos pontos treze, catorze e quinze da ordem de trabalhos. Contudo, não podemos deixar de realçar o facto de que a conclusão das obras é de máxima importância, bem como o facto da calendarização das mesmas, deve ser adaptada ao tempo real, pois torna-se evidente que a calendarização inicial obedeceu a critérios eleitorais que já terão cumprido a sua função e agora há que recentrar as obras num real calendário de execução». -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e na ausência de mais declarações de voto, passou-se ao **ponto décimo sexto, Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara municipal da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao Concurso Público de empreitada da rotunda Largo 1º de Maio, em Estômbar, no valor global de 128.220,99 €, sendo 106.000,00 € no ano de 2021 e 22.220,99 € no ano de 2022.** -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto. Não se tendo registado qualquer intervenção passou-se à votação. Foi assim colocado à votação o décimo sexto ponto - Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara municipal da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao Concurso Público de empreitada da rotunda Largo 1º de Maio, em Estômbar, no valor global de 128.220,99 €, sendo 106.000,00 € no ano de 2021 e 22.220,99 € no ano de 2022 -----

----- **Deliberação: Aprovada** com vinte e três (23) votos a favor (PS 16), MLP 3, PSD 3 e Chega 1), duas (2) abstenções (CDU 1, BE 1). -----

----- Na ausência de declarações de voto avançou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. **Ponto décimo oitavo – Apreciação e deliberação sobre proposta da mesa ao abrigo do disposto no art. 174 nº. 1 e 2 do código de procedimento administrativo da retificação do quarto ponto da convocatória da subsequente deliberação da Assembleia Municipal de 15 de setembro de 2021 por erro material, pois onde consta 1.113.390,00 € no ano de 2022, deveria constar 1.443.390,00 €, valor que se retifica, passando a deliberação a ter a seguinte redação: “Aprovar, por unanimidade, a autorização prévia do**

9



Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público de empreitada para a execução da remodelação e ampliação do reservatório das Sesmarias, no valor global de 1.924.520,00 €, sendo de 1.443.390,00 €, no ano de 2022 e 481.130,00 no ano de 2023”. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto. Não se tendo registado qualquer intervenção passou-se à votação. Foi assim colocado à votação o décimo oitavo ponto, **Apreciação e deliberação sobre proposta da mesa ao abrigo do disposto no art. 174 nº. 1 e 2 do código de procedimento administrativo da retificação do quarto ponto da convocatória da subsequente deliberação da Assembleia Municipal de 15 de setembro de 2021 por erro material, pois onde consta 1.113.390,00 € no ano de 2022, deveria constar 1.443.390,00 €, valor que se retifica, passando a deliberação a ter a seguinte redação:** “Aprovar, por unanimidade, a autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público de empreitada para a execução da remodelação e ampliação do reservatório das Sesmarias, no valor global de 1.924.520,00 €, sendo de 1.443.390,00 €, no ano de 2022 e 481.130,00 no ano de 2023”.

----- **Deliberação: Aprovada** por unanimidade com vinte e cinco (25) votos a favor. -----

----- Na ausência de declarações de voto avançou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. **Ponto décimo nono - Apreciação da deliberação da Câmara Municipal de revogação da decisão de contratar relativo ao contrato de empreitada de ampliação e alteração do centro escolar da Mexilhoeira da Carregação.** -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto, tendo em seguida concedido a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim José Martins Cabrita** disse que queria só que o senhor Presidente da Câmara esclarecesse o que é que aconteceu, ao que sabia e tinha sido informado, tinha a ver com a recusa de visto do tribunal de contas. Explicou que independentemente do PSD sempre ter manifestado reservas a ponto de assumir uma posição contrária àquele projeto concreto e à sua dimensão, aquilo que ele representava, não sendo obviamente a reformulação e melhoria das instalações da



escola EB1 da Mexilhoeira, importava, uma vez que o projeto tinha caído, perceber e esclarecer o porquê. Afirmou que em relação ao ponto em concreto iriam votar a favor, porque se caiu, caiu. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** achava que junto à convocatória devia ter sido remetido o parecer do tribunal de contas para os deputados municipais. Afirmou que achava que aquilo era uma questão de clareza e ficariam todos a saber qual era a decisão do tribunal de contas. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e disse que era uma questão de apreciação. Esclareceu que o estrato de decisão constava na ata da Câmara Municipal. No entanto, intercederia junto da Câmara, no sentido de ser enviado para os senhores deputados municipais a cópia do acórdão. Em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** disse que não tinha ouvido na totalidade a intervenção do deputado Joaquim Cabrita, mas tinha ouvido a do deputado Diamantino. Referiu que gostava de saber qual era o conteúdo do parecer do tribunal de contas sobre aquela empreitada. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para responder às questões colocadas, bem como a disponibilização da cópia do acórdão aos senhores deputados municipais através da mesa. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** afirmou que a Câmara teria todo o prazer, todo o gosto em facultar todo o acórdão do tribunal de contas. Em seguida, disse que ia contar de uma forma resumida, julgando que era o que se pretendia, porque é que escolheram aquela decisão de revogar. Aquele procedimento e aquilo já tinha sido informado àquela Assembleia no mandato anterior, teve dois concorrentes com uma diferença entre eles face à dimensão da obra

J. G.



muito pequena cerca de cem mil euros. O júri constituído por técnicos da autarquia nos termos da lei, considerou que seria mais vantajosa não a proposta com o valor financeiro mais baixo, mas aquele que, ainda que tendo o valor financeiro mais alto, garantia e preservava melhor os interesses da comunidade escolar da Mexilhoeira da Carregação, no sentido de que aquela proposta que era cerca de cem mil euros mais alta, não previa a instalação das crianças em contentores ao longo da realização, portanto, no decorrer da obra. Tinham uma solução, um cronograma e uma organização dos trabalhos que otimizavam os locais existentes e, portanto, não necessitavam de colocar as crianças em período algum em contentores, ao contrário da proposta financeiramente mais baixa que de facto tinha aquela proposta. O júri considerou e fez a proposta à Câmara, colocando aquela proposta em primeiro lugar com aquele fundamento, que a autarquia face aos fundamentos e tendo em conta que aquela questão estava no caderno de encargos embora não tivesse uma quantificação, concordou com a mesma e foi de forma resumida aquela questão da quantificação, ou seja, embora estivesse previsto que se pudesse considerar outros fatores que não só a questão financeira na escolha do contrato, de facto não havia no caderno de encargos aquela quantificação de forma clara e que, portanto pudesse ser atribuído um valor sem qualquer tipo de dúvida e que ficou no poder e na decisão do júri. O tribunal não considerou que aquela questão fosse válida, embora na sua opinião e já teve oportunidade também de partilhar aquilo na última reunião de Câmara, a decisão que foi tomada pelo júri e depois pela Câmara era aquela que melhor respondia aos interesses da comunidade escolar, das crianças, dos professores e dos lagoenses. No entanto, o tribunal tem que fazer cumprir aquilo que são as determinações, considerou e julgou de outra maneira, e o Presidente da Câmara disse que percebia isso. Explicou que recorreram, mas, ao mesmo tempo que recorreram os serviços prepararam novamente um novo caderno de encargos, em que corrigiam aquela e outras questões, embora outras questões não tão importantes ou evidentes como aquela e que foi corrigido de acordo com aquilo que era o parecer inicial do tribunal de contas. Atualmente com a decisão final do mesmo, aquilo que trazem à Assembleia, é a revogação de decisão de contratar. Afirmou que prepararam todo o processo e assim que ele estivesse pronto levariam à Câmara e posteriormente trariam àquela Assembleia para darem seguimento à obra. -----



----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao Presidente da Câmara Municipal, e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto** agradeceu ao Presidente da Câmara o esclarecimento daquela situação, porque quando leu o acórdão do tribunal de contas achou que o mesmo era muito violento em relação à Câmara, falando só «na ilegalidade quer do modelo de avaliação das propostas, decorrente da sua manifesta inadequação e incorreção, consubstancia uma prática suscetível de alterar o resultado financeiro do contrato». Disse que aquilo era grave, agradecendo a intervenção do senhor Presidente da Câmara no sentido de ter explicado por outras palavras que não aquelas, aquilo que teria ocorrido. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** esclareceu que quem estava habituado aos pareceres do tribunal de contas, sobretudo quando eram para justificar a recusa de um visto, a terminologia utilizada era aquela que o senhor deputado Alves Pinto utilizou. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara e na ausência de mais inscrições avançou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. **Ponto vigésimo – Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, dos projetos de programa estratégico de reabilitação urbana de Estômbar, Ferragudo, Mexilhoeira da Carregação e Calvário, Porches, Carvoeiro e Parchal.** -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação das propostas. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** declarou tratar-se dos PERUS de Estômbar, Ferragudo, Mexilhoeira da Carregação, Calvário, Porches, Carvoeiro e Parchal que foram aprovados em Câmara, estiveram em discussão pública e naquele momento tinham os relatórios finais daquela



discussão para aprovar naquela Assembleia e concluir assim os processos. Referiu que estava ali o técnico da autarquia responsável por aqueles projetos, estando em condições, se assim o entendessem, de fazer uma apresentação, explicando aos deputados e esclarecendo as dúvidas que pudessem existir relativamente àquela matéria. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo em seguida concedido a palavra ao técnico Miguel Conduto, para uma apresentação sintética das propostas do projeto do programa estratégico de reabilitação urbana dos PIHRUS das várias zonas do concelho. -----

----- No uso da palavra concedida, o técnico **Miguel Conduto** cumprimentou todos os presentes e disse que ia tentar ser o mais breve possível, pedindo autorização para partilhar a sua tela. Explicou que a fase em que estavam era a fase final de aprovação dos processos das áreas de reabilitação urbana, foi aprovada a delimitação, esteve durante o tempo que devia estar a funcionar e só em fase de delimitação avançaram para a fase de criação da estratégia de reabilitação urbana através de um instrumento próprio conforme estava previsto no regime jurídico de reabilitação urbana, passando por todos os processos de aprovação incluindo a discussão pública. No culminar dos relatórios da discussão pública, traziam à Assembleia Municipal para fazer a aprovação final. Explicou que viam ali a referência às sete áreas de reabilitação urbana porque já tinham aprovado na última Assembleia do mandato anterior da cidade de Lagoa, elas eram em tudo idênticas. De qualquer das formas e atendendo a que estavam a falar de um novo órgão deliberativo e como possivelmente não conheciam o processo de aprovação do próprio processo das áreas de reabilitação urbana, pretendeu-se fazer ali uma apresentação. Em seguida fez um breve enquadramento, referindo que «a aprovação da área de reabilitação urbana por instrumento próprio, o chamado programa estratégico de reabilitação urbana, apresenta-se como um instrumento próprio do plano de pormenor. No entanto, não é bem assim». Afirmou que aquele documento não estava desprovido de efeitos jurídicos, uma vez que em fase da sua aprovação, ia poder dar à Câmara os poderes do recurso aos mecanismos contratuais impositivos previstos no regime jurídico da reabilitação urbana. Disse que aquilo era importante de referir porque mais à frente iriam falar novamente sobre aquilo. Os programas estratégicos de reabilitação urbana tiveram aquando da sua elaboração, doze



objetivos estratégicos, vinte e nove específicos, sintetizados em quatro eixos estratégicos, o património, a economia, a população habitação e comunidade e a mobilidade e ambiente. Disse que na estratégia de reabilitação que foi definida, a Câmara ia ter quatro funções essenciais e cumulativas, enquanto regulador, enquanto investidor, enquanto dinamizador e enquanto facilitador da reabilitação urbana, quer a reabilitação urbana que ela própria iria promover, quer a reabilitação urbana que os proprietários dos prédios urbanos dentro das áreas de reabilitação urbana iriam ter que promover. Para a elaboração da estratégia definida, foram delimitadas unidades de intervenção. «A metodologia posta para a implementação implica que ela não seja trabalhada como um todo, não deixando no entanto de atender às diferentes especificidades que o território tem por ser um território muito vasto, para o qual houve necessidade de estabelecer um padrão comum às sete áreas de reabilitação urbana», acabando aquele padrão comum por definir todas aquelas áreas que ali estavam definidas, como o PIORTI, a zona de restauração, zona de urbanização das décadas de setenta a noventa do século passado, uma zona de urbanização dos finais do século XX ao início do século XXI, uma zona de equipamentos e serviços e uma zona de atividades económicas. Posteriormente mostrou um quadro onde estavam o número de unidades de intervenção por cada uma das áreas definidas, sendo um quadro meramente exemplificativo, bem como os mapas que estavam em cada um dos relatórios a que os deputados tinham tido acesso. Informou que aquela apresentação de acordo com a informação que foi colhida junto dos serviços da Assembleia, iria ser disponibilizada no final. Relativamente ao núcleo antigo, explicou que a proposta da Câmara era que a intervenção no edificado deveria consistir na realização de operações urbanísticas de conservação ou na sua substituição total ou parcial, realizada com respeito pela conservação dos elementos arquitetónicos mais relevantes, quer do edifício, quer dos edifícios contíguos e do património arquitetónico e cultural existentes. Continuou a apresentação, mostrando os mapas relativos às áreas definidas dentro do núcleo antigo para cada uma das áreas de reabilitação urbana. Seguidamente entraram nas áreas de regeneração, onde se pretendia uma intervenção constituída maioritariamente pela substituição a regeneração, dos edifícios existentes, nomeadamente aqueles de menor valor e de qualidade arquitetónica, por outros que já integrem as mais modernas técnicas e tecnologias disponíveis ao nível de conforto térmico, acústico e ambiental que cumpram com a regulamentação atual que vai mudando e



sendo cada vez mais exigente. Em seguida mostrou um conjunto de mapas referentes a todas as áreas de reabilitação, passando para outro tópico da apresentação, a zona C, zona de urbanização dos anos setenta e noventa, onde destacou essencialmente a realização de obras de conservação ordinárias e extraordinárias e a manutenção dos edifícios existentes, de forma a corrigir e a desagravar as desconformidades existentes. A urbanização daquela época, nomeadamente a promovida no pós 25 de abril de 74, teve grande influência no desenvolvimento habitacional do concelho, no qual se falava do poder dos bairros SAAL. Afirmou que tinham a grande honra de ter três bairros que integraram aquele movimento, para além de todo o movimento da cooperativa de habitação económica que importava salvaguardar, e aquela salvaguarda tinha a ver, quer com as características arquitetónicas, quer com as qualidades dos edifícios, melhorando-as. Passando para a zona D, zona de urbanização de finais do século XX início do século XXI, disse que aquela ainda não tinha grandes problemas ao nível do edificado existente. No entanto, chamou a atenção que aquele programa era definido para dez anos, entre 2021 e 2031, prorrogável até 2036 e não faria sentido, já que tinham áreas tão grandes, não haver uma planificação para aquelas áreas de intervenção e para as características daquele edificado. Entrando na zona D de equipamentos e serviços, começou por referir que ela «se caracteriza por ser em todo semelhante à zona de edificação dos finais do século XX e inícios do século XXI, com a substancial diferença de haver uma predominância de serviços públicos, cuja intervenção no âmbito do programa estratégico está dependente da programação definida pela entidade gestora», ou seja, o município. Esclareceu que o município para aqueles edifícios de equipamentos e serviços seus, tinha programação prevista para executar. Ressalvou que devido às características de algumas das áreas era possível e obviamente expectável que algumas das áreas de reabilitação não contemplassem todos os tipos de edificado. No que respeita à zona E, zona de atividades económicas, afirmou que ela «caracteriza-se por uma forma de urbanização recente, em que a intervenção no edificado privado é idêntica à definida para a tipologia anterior, havendo obviamente uma predominante intervenção, ou uma questão da intervenção planeada, dependendo da programação definida pela entidade gestora». Para a elaboração daquele programa estratégico, pois não era só definir delimitações, houve uma questão de realização de diagnósticos, sendo o conhecimento da área de planeamento e programação fatores essenciais para o sucesso do programa



estratégico, uma vez que a partir daquele é que se conseguia desenvolver a sua ação. Explicou que o primeiro diagnóstico que fizeram, foi ao estado de conservação do edificado, mostrando um quadro que se apresentava para os tipos de conservação em cada uma das diferentes áreas de reabilitação. Passando para um outro slide, referiu que os conceitos que estavam ali não eram da Câmara, sendo os conceitos definidos nos diplomas legais. Disse ainda que repetiram o exercício do estado de conservação dentro de cada uma das cidades dentro de cada uma das áreas de reabilitação, e conseguiam ver que os centros das suas vilas e cidades estavam no estado em que estavam e era sobre aquilo que se pretendia intervir. Uma vez que também era importante perceberem que equipamentos existiam, afirmou que fizeram o estudo dos equipamentos de uso coletivo e perceberam todos os equipamentos de uso coletivo, privados e públicos existentes em cada uma das áreas de reabilitação urbana e alguns deles até fora, dentro das próprias áreas nas zonas limítrofes. Outro diagnóstico que fizeram foi sobre o património imóvel municipal, porque efetivamente «o município é, como se sabe, um dos maiores proprietários do concelho e é importante para nós fazer com que os privados intervenham no que é deles, mas também nós, de alguma forma, façamos intervenção no que é nosso». Passando para um outro slide, explicou que se voltava a repetir o exercício demonstrando todos os edifícios que existiam, bem como os usos ou não usos que eram dados de acordo com os critérios. Em relação à carta municipal do património, o técnico deixou a referência a Lagoa, porque Lagoa efetivamente cidade não tem imóveis classificados, mas uma das outras áreas tem, como é o caso de Estômbar, dentro da área de reabilitação urbana. Referiu que utilizaram o levantamento arqueológico do Algarve, concelho de Lagoa, que já serviu de base para várias questões, mas para os técnicos que identificam é tão importante preservar a adega cooperativa, como as escolas primárias, pois ambos ainda que tenham sido feitos num processo que por vezes acaba por ser conturbado, fazem parte de um património arquitetónico que importa sem dúvida preservar e como tal foram identificados, os quais se pretende salvaguardar. Em seguida, mostrou um slide onde constava o exercício feito para todas as áreas de reabilitação. Posteriormente disse que a frase “reabilitar como regra” acabava por ser se calhar a grande bíblia da reabilitação urbana, porque ainda que dentro do conceito da reabilitação houvesse a regeneração, a substituição, a modernização e todas aquelas questões, importava obviamente reabilitar, e aquela reabilitação passou, a partir da



entrada em vigor do decreto-lei 95 de 2019, a ter um regime específico para a reabilitação, nomeadamente das habitações. Ali a ideia era que se incentivasse a reabilitação, dentro do possível, em detrimento de uma regeneração que por vezes não corria tão bem, «mas pronto é como tudo, são situações que têm que ser tidas em conta». Recordou que todas aquelas questões previstas naquele diploma legal tinham que ser enquadradas com as situações existentes à data e não com processos de “fachadismo” em que ficava a fachada e lá dentro tudo era vazado. Explicou ainda que para se executar aquilo entravam dentro dos instrumentos de execução de políticas urbanísticas que o município tinha ao seu dispor, como o regime jurídico «que institui a possibilidade das entidades gestoras terem diversas competências, que se constituem como instrumentos de execução e que se dividem em poderes relativos ao controlo das operações urbanísticas» e instrumentos de execução de política urbanística, em que têm alguns poderes ou alguns instrumentos menos simpáticos, estando ao dispor «e que são essenciais do ponto de vista técnico para a execução da reabilitação». Fez uma descrição dos documentos, «enquanto instrumentos de controlo de operações urbanísticas, o controlo incide essencialmente sobre as operações urbanísticas e iniciativas dos particulares executadas de acordo com a programação municipal, porque aqui é essencial que se perceba isso, que o município, dentro da área de reabilitação urbana, programa». Explicou por um lado que aquele instrumento servia não só para programar, mas também para balizar as iniciativas dos proprietários e, por outro, que os instrumentos de execução da política urbanística eram sem dúvida mecanismos impositivos e a utilização daqueles instrumentos de política urbanística estava antes de mais dependente da programação das ações a desenvolver. Esclareceu que o modelo de gestão da política da gestão da estratégia requeria algum controlo, os dez anos que já havia falado, «tem um controlo de acompanhamento e de avaliação pela Assembleia Municipal, que já na primeira reunião deste mandato tiveram oportunidade de apreciar o relatório relativamente aos primeiros três anos», depois o modelo de execução, como vos disse iniciativa da entidade gestora que é o município, iniciativa dos particulares». Falando dos incentivos, afirmou que eles se dividiam em três partes, os benefícios fiscais que são os que já estão em vigor desde o dia 1, incentivos financeiros e apoio ao município. «Os incentivos fiscais são os incentivos que existem e que estão previstos para a compra, execução de obra, ou para a utilização após realização da obra. Os instrumentos financeiros como o IFRRU 20 20 que foi prorrogado



até 2023 e há de ter uma futura prorrogação, junto ao segundo reabilitar para arrendar, o 1º. Direito e a casa eficiente. Existem os benefícios municipais que estão previstos no regulamento que foi aprovado na última sessão da Assembleia do último mandato e que se constituem por apoios técnicos, apoios financeiros, redução e isenção de taxas, incentivos de combate à desertificação, incentivos de carácter ambiental e incentivos de criação a postos de carregamento de acesso privativo para colocação de postos de carregamento dentro das propriedades». Passando para os projetos estruturantes, apresentou dois quadros, um que ilustrava os diferentes projetos previstos e outro que apresentava os investimentos e as intervenções previstas para serem executadas em cada uma das áreas de reabilitação urbana ao longo dos dez anos. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a apresentação e referiu que de acordo com a informação que o técnico tinha prestado, iriam no primeiro minuto em que os serviços da Assembleia estivessem a funcionar mandar para cada um dos senhores deputados municipais a apresentação feita para que eles a pudessem analisar com mais detalhe. Em seguida propôs que a discussão daquele ponto fosse feita em conjunto e votado em separado. Não se tendo registado qualquer manifestação de voto contra, considerou-se a proposta de metodologia da mesa aprovada, declarando abertas as inscrições para a discussão daquele ponto, tendo em seguida concedido a palavra ao senhor deputado municipal José Joaquim Martins Cabrita. --

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim José Martins Cabrita** disse que a apresentação era de facto boa, assim como o programa, referindo numa frase que aquilo era tudo muito bonito, já devia era ter sido feito há mais tempo, ou seja, perderam-se anos entre a delimitação das ARU e aquele programa que vem dar substrato à implementação, que deveria ter sido muito mais próximo. Já sabia que iam dizer que aquilo demorava muito tempo a fazer, mas não demorava assim tanto tempo. Houve de facto da parte do município algum relaxamento em relação a um instrumento muito importante para dar substância àquilo que é a implementação. Apelou a que o município fizesse uma divulgação, não só junto dos deputados que era preciso sensibilizar, mas sobretudo dos proprietários, dos munícipes, daqueles que podiam ser os principais interessados na implementação daquelas medidas. Achava que todos constatavam que não havia um conhecimento bastante da parte das pessoas em relação às ferramentas, instrumentos e

Handwritten marks in blue ink, possibly initials or a signature.



condicionantes que têm na reabilitação. Falando em condicionantes, disse que achava muito bem que houvesse regras e que o município impusesse um controlo, mas tinha que haver uma sensibilidade, não sendo possível aplicar aqueles PIHRU e gerir as ARU contra os proprietários, mas com os proprietários. «O município tem um conjunto de obras próprias que ele querará implementar, poderão ser, como dizia o Dr. Miguel e bem, um condutor, um indutor, algo que atraia atenção para aquela reabilitação». Afirmou que tinha que haver uma atuação de proximidade, de sensibilização, ir à procura das pessoas, não ter aquele tipo de problemas, apoiar aqueles que no concelho estavam a fazer a reabilitação urbana «e há algumas pessoas até que estão a fazer por modo próprio, aproveitando já alguma desta classificação e que poderão ter instrumentos e isso é de facto a chave para que isto seja um sucesso», achando que aquilo tinha que ser um sucesso, era importante para o concelho que o fosse. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e na ausência de mais inscrições procedeu-se à votação. Foi assim colocado à votação o ponto vinte ponto um, proposta do programa estratégico de reabilitação urbana de Estômbar. -----

----- **Deliberação: Aprovada** por unanimidade. -----

----- Em seguida, procedeu-se à votação do ponto vinte ponto dois, Proposta do programa estratégico de reabilitação urbana de Ferragudo. -----

----- **Deliberação: Aprovada** por unanimidade. -----

----- Em seguida, procedeu-se à votação do ponto vinte ponto três, Proposta do programa estratégico de reabilitação urbana da Mexilhoeira da Carregação e Calvário. -----

----- **Deliberação: Aprovada** por unanimidade. -----

----- Em seguida, procedeu-se à votação do ponto vinte ponto quatro, Proposta do programa estratégico de reabilitação urbana de Porches. -----

----- **Deliberação: Aprovada** por unanimidade. -----

----- Em seguida, procedeu-se à votação do ponto vinte ponto cinco, Proposta do programa estratégico de reabilitação urbana do Carvoeiro. -----

----- **Deliberação: Aprovada** por unanimidade. -----

----- Em seguida, procedeu-se à votação do ponto vinte ponto seis, Proposta do programa estratégico de reabilitação urbana de Parchal. -----



----- **Deliberação: Aprovada** por unanimidade. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, propôs, ao abrigo do artigo 26 nº. 2 do regimento, a prorrogação por mais uma hora dos trabalhos daquela sessão Ordinária da Assembleia Municipal, uma vez que já estavam no último ponto da ordem do dia. Não se tendo registado qualquer manifestação de voto contra, considerou-se a proposta de prorrogação do prazo aprovada por unanimidade. Em seguida e na ausência de declarações de voto, avançou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. **Ponto vigésimo primeiro – Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal do programa de ação para candidatura ao programa 1º. Direito, pelo valor global de 13.618.416€.** -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** disse que gostava de começar por agradecer a disponibilidade e a paciência das senhoras e senhores deputados para ainda àquela hora tão adiantada fazerem mais um esforço, no sentido de apreciarem e aprovarem aquele ponto, pela importância do mesmo, agradecimento extensível publicamente aos senhores vereadores Francisco Martins e Mário Vieira que também prontamente acederam ao pedido que foi feito pelo executivo, naquele caso o executivo com pelouros atribuídos, para que fosse realizada uma reunião com a máxima urgência para se aprovar aquele documento, porque é um documento de fundamental importância para que o município possa concorrer ao PRR para aquela questão importante reconhecida por todos, a construção de habitação no âmbito do 1º. Direito. Explicou que tal como todos sabiam, aquilo era uma corrida contra o tempo, «há um valor que o PRR estipula a nível nacional para o 1º. Direito, que se trata da construção de habitação social, habitação para quem precisa de uma casa digna, um lar digno para viver e que não tem posses para o fazer e, portanto, para que a proposta a apresentar pelo município de Lagoa possa ter a maior maturidade possível, porque é assim que elas vão ser depois apreciadas em sede de IHRU». Esclareceu que aquela maturidade seria calculada pela aprovação em reunião de Câmara e Assembleia Municipal da estratégia local de habitação, do programa de ação e também dos projetos que se pretendem construir. Disse

2
4,



ainda que já tinham aprovado a estratégia local de habitação e depois daquela aprovação tinham negociado em reuniões com o IHRU, aquele programa de ação. Referiu que aquele documento que ali estava e que propunham para apreciação e deliberação de aprovação resultava das conversas e reuniões tidas com o IHRU, no sentido de poderem ter ali um documento que tivesse condições para que se pudesse concorrer àquele financiamento que era de facto muito importante. Aproveitou aquela oportunidade para explicar às senhoras e senhores deputados qual era a estratégia que o município tinha para aquela matéria tão importante da habitação, esclarecendo que já tinha tido oportunidade de o fazer a todos os líderes dos grupos municipais e representantes das forças políticas com assento na Assembleia que reuniram na Câmara, fazendo-o juntamente com o senhor vereador Francisco Martins do Movimento Lagoa Primeiro. Começou por referir que a estratégia que tinham definida para aquela matéria assentava em três níveis, «o primeiro nível, portanto o nível da construção da habitação social, ou seja, aqueles que necessitam de uma habitação digna para viver e que têm a inscrição feita nos serviços de habitação e de ação social do município de Lagoa», referindo que o município tinha aquele rastreio e aquela ação feita, sendo ali que incidia o 1.º Direito e que iria ser a primeira intervenção da Câmara, recorrendo ao PRR, o município construir aquela habitação e para ali propõem os sete fogos que ainda há pouco tinham sido ali referidos, perto da igreja e trinta e seis fogos no bairro municipal de Porches no lote de terreno já integrado no próprio bairro com aptidão para o efeito e perfeitamente definido para aquela função, tratando-se no total de quarenta e três habitações dentro do 1.º Direito para quem necessita da habitação digna e que não tem forma de a adquirir ou de arrendar no mercado normal de arrendamento. Assim, ficariam com quarenta e três habitações para sessenta e quatro famílias que estão inscritas na Câmara, cobrindo assim cerca de sessenta e sete por cento com aquele projeto que é aquilo que as quarenta e três habitações significam relativamente àquilo que são as necessidades que existem e ficando vinte e uma famílias ainda com habitações para se poder construir e entregar. Explicou que pretendiam chegar às vinte e uma famílias que faltavam, procurando de alguma forma disseminar aquelas habitações um pouco por todo o concelho, por forma a que se pudessem adquirir, e também já tinham alguns contactos e projetos naquele sentido. Felicitou os presentes e congratulou-se por o ponto anterior ter sido aprovado por unanimidade, havendo uma total concordância com os documentos que tinham sido



apresentados no ponto anterior e que eram de facto também decisivos e que de alguma forma casavam com aquela questão que estavam a falar, que era também aproveitando as habitações degradadas e que o município pudesse de alguma forma adquiri-las e as reabilitar para as entregar às famílias que delas necessitassem «sempre com aquele compromisso que assumiram com os lagoenses, que enquanto existir uma família sem habitação digna em Lagoa, o seu trabalho nunca estará concluído, presumo que também não estará concluído o trabalho da Assembleia». Voltou a centrar-se nos níveis de intervenção, salientando que o primeiro nível de intervenção era habitação social, 1º. Direito que era aquilo que o PRR propunha apoiar, «sendo certo que naquela proposta que apresentam e porque têm um parque habitacional de cento e sessenta e oito fogos distribuído por vários bairros municipais, alguns já com muitos anos e que necessitam obviamente de obras de reabilitação, aproveitam também o PRR, porque dentro do 1º. Direito isso também é possível, para também nas suas propostas colocarem a reabilitação daqueles fogos, decorrendo daquilo que é o levantamento que têm feito pelos serviços de habitação e ação social que identificam quais são as frações que precisam daquela intervenção», tratando-se de muito dinheiro que o município por si só não consegue suportar. Afirmou que aquele era um documento decisivo para que se pudesse encontrar aquela solução, para além de construir nova habitação, recuperarem também o parque habitacional do município. Em relação ao segundo nível, disse que se propunham a construir habitação a custos controlados para venda e para arrendamento, passando a sua estratégia por fazê-lo no terreno que adquiriram em Porches não há muito tempo. Ali teriam dois cenários em cima da mesa possíveis, «o município de Lagoa chamar a si a responsabilidade da construção daquelas habitações, ou então encontrar um parceiro dentro daquilo que é o setor empresarial local, regional ou até nacional e, portanto, promover a construção dos mesmos». Comentou que havia bons e maus exemplos no concelho, sendo um bom exemplo a urbanização dos Vales em Lagoa e um mau exemplo o CDH em Ferragudo. Disse que era verdade e também não há muito tempo partilhava aquela opinião com o vereador Mário Vieira numa conversa que tiveram sobre aquela matéria ainda que fosse uma conversa informal, parecendo-lhes que para Porches era mais fácil implementar um projeto de construção a custos controlados que tivesse um resultado semelhante àquilo que se conseguiu na cidade de Lagoa com a urbanização dos Vales «porque a pressão turística, a

h
f



pressão urbanística decorrente da oferta turística não é tão grande nesta zona de Porches onde se propõem construir como será por exemplo, numa zona mais litoral, até na freguesia de Porches, ou a freguesia de Lagoa Carvoeiro». O segundo nível, construção de habitação a custos controlados para venda para aquelas famílias que têm a possibilidade de adquirir uma habitação, mas não o podem fazer aos preços normais do mercado, tendo ali uma possibilidade de adquirir habitação própria ou então reservar algumas habitações para o arrendamento a custos controlados com um valor mais elevado que aquele que decorre da habitação social dentro do 1º. Direito, mas que possa ser suportado pelas famílias, com o objetivo muito claro de atrair residentes para o concelho que depois possam constituir a mão-de-obra das suas empresas, dando assim resposta às necessidades que têm para estimular a economia local. Afirmou que o terceiro nível onde estavam a trabalhar era o setor privado na sua dinamização normal daquilo que é o mercado da habitação. Naquele sentido, disse que gostava de referir que existiam também alguns projetos que já tinham dado entrada na autarquia e outros que já estavam num estado de maturação bastante avançado. Referiu que um dos projetos já estava na Câmara e estavam a negociar a questão das cedências, aquele projeto era o vale da Pipa, aproveitando a urbanização, a UP3, «que permite a construção de habitação do terreno que vai das traseiras da escola Jacinto Correia até à A22». É um projeto muito importante porque estão a falar de cerca de trezentos fogos com o compromisso que o promotor tem de também ali construir habitação para habitação permanente, o que também é importante, com o compromisso de estabelecer um intervalo de preços que permite num nível um bocadinho superior, ou seja, aqueles que felizmente não necessitam de uma habitação no 1º. Direito, que não necessitam de optar por habitação a custos controlados e que podem no início da sua vida, numa fase mais avançada da sua vida adquirir uma habitação em Lagoa para habitação própria permanente. Esclareceu ainda que no total estavam a falar de um número considerável dos fogos dentro de toda a estratégia que tinham, portanto, trezentos mais quarenta e três, mais cerca de cinquenta e cinco, que era o que tinham previsto, embora ainda sujeito a estudos, para o terreno que se adquiriu em Porches e, portanto, presumia que a sua soma total rondava os cerca de quatrocentos fogos dentro daquelas estratégias que delimitaram, parecendo-lhes que era uma estratégia acertada e que podia permitir aquilo que pretendiam, que era oferecer habitação em Lagoa, no concelho, a particularidade de fazê-lo de forma acentuada e no seu



total para a freguesia de Porches «que são quase uma centena de habitações dividida pelo 1º. Direito e pela habitação a custos controlados e que vai de encontro àquilo que é uma legítima preocupação da freguesia de Porches e, que deve ser de todos os lagoenses, tendo em conta que é uma freguesia de alguma forma envelhecida e que vê perder todos os anos os seus moradores, os seus residentes». Explicou que era aquela a sua estratégia, sendo por isso que traziam ali a apreciação e a deliberação daquele programa de ação, que é essencial e fundamental para juntar depois aos projetos que teriam que aprovar e enviar para o IHRU. Acrescentou que relativamente ao segundo nível estavam em negociações em termos produtivos de várias conversas com o IHRU «embora na habitação a custos controlados não seja possível ir ao PRR, mas é possível obter financiamento do IHRU para que se possa também, se for essa a opção do município chamar a si a responsabilidade sem escolher um parceiro do setor privado» e poderem também ter um financiamento do IHRU que lhes permita desenvolver o projeto. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal e declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto, tendo em seguida concedido a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim José Martins Cabrita** disse que ouviram todos a explanação da estratégia do senhor Presidente, de alguma forma já a conheciam, mas era importante que de facto se definisse, eram de facto eixos e pontos vitais. Referiu que tinha algum problema com a expressão “habitação social” não por ele pessoalmente, mas por um certo estigma que a expressão trazia, achando que tinham cada vez mais que falar em habitação residencial contraposta à habitação turística, portanto a primeira habitação, aquela que as pessoas escolhem para viver, percebendo que ali se tivesse de alguma forma de fazer a distinção por causa daquele escalonamento. Afirmou que todos os níveis eram importantes e que o PSD entendia que a Câmara devia privilegiar em todas as opções que tinha à disposição uma quota de construção para arrendamento, nomeadamente e se pudesse através de parcerias e oportunidades que pudessem aparecer, nomeadamente e como o senhor Presidente dizia no quadro da reabilitação, mas de facto tendo uma política efetiva de intervenção no mercado de arrendamento. Achava que a única maneira de conseguir intervir no mercado de

Handwritten initials in blue ink.



arrendamento não era colocando uma ou duas habitações disponíveis, porque isso não ia ter peso no mercado de arrendamento, mas sim ser capaz de conseguir colocar um número atento à dimensão do concelho, um número significativo de fogos para arrendamento, de maneira a que pudessem ser uma verdadeira alternativa ao arrendamento de famílias jovens, de famílias não necessariamente do primeiro patamar de carência, mas de uma residência normal de um nível de rendimentos médio, mas que podendo escolher aquele tipo de arrendamento facultado pelo município naturalmente o vão preferir ao mercado mais comercial e exercer de dessa forma alguma pressão sobre o mercado normal do arrendamento. Clarificou que não tinha nada contra o mercado, achando que a única maneira de intervir nele era conseguindo ter peso naquele mercado «e, portanto, o município, atenta a dimensão da edificação que planeia naqueles projetos todos, deve ter em vista aquela medida, porque pode aí desempenhar um fator chave e quiçá dar até algum exemplo». Em relação àquele projeto, afirmou por um lado, que apesar do adiantado da hora ficariam ali de bom grado para o aprovar, e por outro, que esperava que não estivessem a ir tarde, pois sabia que outros municípios estavam muito mais avançados naquelas candidaturas e de facto era muito importante ir buscar aquele dinheiro disponível para concretizar. Disse que a sua questão ao senhor Presidente, era se bem tinha percebido, naquela estratégia ou naquele programa que estavam ali naquele dia a votar e a falar a candidatura no fundo ao 1º. Direito, estavam a falar apenas do primeiro patamar, ou seja, do primeiro nível de intervenção conforme o senhor Presidente tinha definido, porque o 1º. Direito não contemplava os outros, não porque o município não quis ou não teve condições de pôr candidatura para os outros. Era aquela a clarificação que o deputado achava importante fazer ali, «se portanto a candidatura ao 1º. Direito é de um nível social, porque só aquele naquela fase é que podem meter, mas que obviamente e como bem percebeu o município e a Câmara estão a tentar outras fontes de financiamento, outras opções, seja com parceria, com privados que é sempre um veículo menos oneroso e desde que com bons regulamentos na escolha das atribuições e aprendendo as lições com o que se já passou antes, mas também achando que em Porches não há propriamente vista mar». Perguntou se o programa que estavam a votar era para os sete mais os trinta de Porches, porque para o 1º. Direito eram só aqueles que se podiam candidatar, ou se faria alguma opção do município. -----



-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto** afirmou que mais de metade da sua intervenção o deputado Joaquim Cabrita já a eliminou porque disse aquilo que ele queria dizer. Acrescentou que gostou imenso da frase já repetida pelo senhor Presidente da Câmara, que o trabalho não estaria concluído enquanto houvesse aquelas condições de vida para a população, mas isso não o tranquilizou nada quando olhou para aquilo e reparou que naquela candidatura financeiramente para construção estavam reservados vinte e sete por cento da candidatura, enquanto que para a reabilitação estavam setenta e três por cento, ou seja, só iam ter mais habitação disponível em 2026, porque acabaria a construção em 2025 da única que era a construção de habitação social, que seriam aqueles quarenta e três fogos, porque todos os outros cento e sessenta e oito mais os dez, arrendamento para subarrendamento era reabilitação, ou seja, iriam ter o que tinham, com melhor aspeto, provavelmente melhor arranjadinho, mas onde se iria gastar setenta e três por cento do valor daquele projeto, não gostou. Referiu que não estava de acordo com aquele modelo de desenvolvimento da habitação permanente para pessoas no concelho. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho**, disse que não iria acrescentar muita coisa, considerando que havia um problema que aquela proposta apresentava que o incomodava muito e que tinha a ver com o facto da predominância da habitação ser construída num bairro já existente, isto é, é o aumento do foque social, um desaproveitamento daquele espaço para um enquadramento urbano que é necessário fazer. Explicou que não via aquilo como uma boa solução, lembrando-se da altura em que estava na Assembleia Municipal quando foi aprovado e discutido o empreendimento de Carvoeiro, o empreendimento promovido pela Câmara e também votou contra aquele empreendimento. Esclareceu que votou contra exatamente pela concentração social imposta àqueles bairros e que aquilo foi uma solução importada vinda de França, uma

J. F.



solução que atualmente não fazia sentido e estar a investir naquela altura já em construir nova habitação num bairro que já tinha os problemas que tinha, sem qualificar urbanamente aquele espaço não era uma solução correta, achando que aquilo só acontecia porque o município efetivamente estava atrasado na elaboração do seu programa habitacional, «porque já tendo um terreno em Porches não justifica que a apresentação dessa candidatura não incida sobre esse terreno». Disse que era o atraso que tinham que os fazia recorrer àquela solução por um lado, e por outro, que não tinham a sua aprovação, porque do ponto de vista social era uma solução má e do ponto de vista habitacional não resolvia quase nada. «Efetivamente o grosso do montante é para recuperar o património que já é da Câmara e, portanto, nada a dizer». Voltou a frisar que trazer de novo quarenta e três fogos era para agravar problemas sociais existentes e não achava aquilo uma boa solução, achando uma solução deficitária e que só se justificava porque havia um atraso claro na planificação da política habitacional do concelho quando já centenas de municípios entregaram as suas candidaturas, tinham garantidos os apoios e Lagoa estava numa fase daquelas. Terminou a intervenção, salientando que não era uma boa solução nem uma boa indicação do trabalho dos lagoenses. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** disse que iria começar por responder às questões que tinham sido colocadas pelo senhor deputado Joaquim Cabrita e que o senhor deputado Alves Pinto também tinha dito que parte da sua intervenção, das suas preocupações e questões, eram aquelas que já tinham sido formuladas pelo senhor deputado Joaquim Cabrita. Declarou não se tratar de uma opção da Câmara, sendo aquilo que o 1º. Direito apoiava, apoiava a construção de habitação social, habitação digna. Explicou que era assim que estava expresso nos documentos, tratando-se de habitação social e, portanto, a opção que o município fez, foi não perder aquela oportunidade e tinham ali um terreno que tinha aquela aptidão, que tinha projeto e iriam agarrar aquela oportunidade. Disse que o deputado Diamantino Ruivinho não tinha percebido o que disse, explicando-lhe na verdade, que o terreno que o município adquiriu, estavam já a trabalhar na proposta de elaboração de projetos para



entregarem e para desenvolverem naquele projeto aquilo que achavam que era importante para Porches, ou seja, habitação a custos controlados. Voltou a repetir que era objetivo do município, desenvolver a estratégia de habitação em três níveis. Referiu que aquilo que lhe parecia errado e conhecia e sabia qual é que era a proposta que o Movimento Lagoa Primeiro tinha para aquele terreno, que era fazer um parque, mas quando tinham sessenta e quatro famílias a precisar de habitação, achava que não fazia qualquer sentido, porque para eles as pessoas estavam sempre em primeiro lugar, não fazia qualquer sentido trocar um parque urbano pela construção de habitação para as pessoas que efetivamente precisam e seria também outro erro do seu ponto de vista e tiveram oportunidade de trocar e conversar com a Junta de Freguesia de Porches, seria outro erro fazer num outro bairro, numa outra zona de Porches, na vila de Porches. Informou que iriam construir habitação em Porches, mas a custos controlados num segundo patamar e num segundo nível. Explicou que era 23 por cento para a construção e setenta e sete por cento para a reabilitação por uma razão muito simples, visto que a maturidade das propostas era muito importante e para aquela maturidade concorria aquilo que era a propriedade do terreno e a maturidade do projeto e era aquilo que tinham, terrenos e projetos aprovados ou em vias disso que permitiam que se pudesse ir àquela candidatura, podendo-se obter o sucesso da mesma. Tiveram oportunidade de explicar qual era a estratégia do município e em que níveis é que a mesma se desenvolvia, não estando a falar do seu todo. Disse ainda que estava seguro que em 2026 havia condições objetivas para que aqueles três níveis de concretização que pretendiam estivessem realizados, «quer o primeiro nível que é o de habitação 1º. Direito, recorrendo ao financiamento pelo PRR, quer o segundo nível que é a construção a custos controlados, quer o terceiro nível que também é importante e que é no setor privado». Informou que o processo já estava na Câmara e que havia vontade do promotor em desenvolver o projeto o quanto antes. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e na ausência de mais inscrições, procedeu-se à votação. Foi assim colocado à votação o ponto vigésimo primeiro, Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal do programa de ação para candidatura ao programa 1º. Direito, pelo valor global de 13.618.416€. -----



----- **Deliberação: Aprovada** com vinte e um (21) votos a favor (PS 16, PSD 3, BE 1 e CDU 1), dois (2) abstenções do MLP e dois (2) votos contra (Chega 1 e MLP1). -----

----- Tomou o uso da palavra o senhor deputado municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos**, fazendo lembrar que não se podiam esquecer que os deputados não viviam da política, uma vez que tinham os seus trabalhos. Esclareceu que para virem para aquelas assembleias tinham que analisar e debruçar-se sobre os documentos a não ser que não quisessem que os deputados fizessem isso. Considerou que aqueles pontos, todos eles para uma reunião foi um grande exagero, foi realmente muito exaustivo e foi um abuso, esperando que realmente aquilo não voltasse a acontecer. Por fim pegou naquilo que o Presidente da Junta de Freguesia de Lagoa Carvoeiro tinha dito e proferiu o provérbio quem não sente não é filho de boa gente. Por fim desejou a todos um bom ano. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção, referindo que certamente para todos foi uma carga imensa. Seguramente não era isso que estava acordado, mas foi o que veio a acontecer. Explicou que não quebrou o compromisso com os deputados que assumiu na conferência de representantes dos grupos municipais, só que circunstâncias que ultrapassaram a sua vontade impuseram aquela ordem de trabalhos. Esclareceu que certamente não se repetiria uma situação como aquela que também entendia que era inaceitável. -----

----- Não se tendo registado declarações de voto, a Mesa propôs, como habitualmente, que a ata da presente sessão fosse aprovada em minuta, nos termos do disposto do Art. 34 n.º 4 do Código do Procedimento Administrativo e do Art. 57º n.º 3 do anexo 1 da Lei 65/2013, de 12 de setembro. A proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi dado o uso da palavra ao senhor 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato para leitura da ata em minuta. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal **Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, cumprimentou os presentes e leu a seguinte minuta: «Esta sessão da Assembleia Municipal começou dia 29 às vinte e uma horas e onze minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou os trabalhos pedindo desculpa e justificando um ligeiro atraso, saudando todos os presentes, nomeadamente, o Presidente da Câmara, Vice-Presidente, vereadores da Câmara, senhoras e senhores deputados, aos nossos concidadãos que assistem à transmissão do canal do Youtube e à



página oficial do município de Lagoa no Facebook. Saudações e agradecimentos aos técnicos e demais funcionários do município que garantiram a organização da sessão em tempo *record*. Foi fundamentada a realização da sessão por videoconferência face à declaração de calamidade em todo o território continental com base nos normativos que a enquadram, e o senhor Presidente advertiu todos para as habituais regras do bom funcionamento da sessão e reforçou que esta sessão está a ser realizada por videoconferência devido à plataforma Cisco Webex Meetings e transmitida diretamente através do canal Youtube e página oficial do município de Lagoa no Facebook, estando igualmente a ser gravada e será publicada no sítio da Assembleia Municipal ao abrigo dos normativos que a enquadram. A intervenção dos cidadãos do município de Lagoa foi assegurada, conferindo a faculdade de intervir na sessão através de mensagem escrita dirigida à mesa via e-mail da Assembleia Municipal até às dezassete horas do dia 29. Intervenção dos cidadãos, o senhor Presidente da Assembleia informou que dentro dos prazos estabelecidos e com base nos meios disponibilizados, verificou-se a receção de um conjunto de quatro questões colocadas pelo cidadão Jorge Pinto que foram lidas pelo primeiro secretário da mesa. O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou que o senhor Presidente da Câmara esclarecesse e respondesse às questões que foram suscitadas. Período antes da ordem do dia, leitura de expediente. Como é habitual o senhor Presidente da Assembleia alertou que a correspondência que deu entrada na Assembleia entre o dia 11 de novembro e a data da realização da Assembleia, foi distribuída por e-mail e divulgada na área reservada do sítio da Assembleia, pelo que foi dispensada por unanimidade a sua leitura. Substituição de deputados municipais, o senhor Presidente da Assembleia informou que foram pedidos quatro pedidos de substituição, uma por parte do grupo municipal do Movimento Lagoa Primeiro, duas por parte do grupo municipal do Partido Socialista e uma por parte da coligação democrática unitária, esclarecendo ainda que o senhor vereador Francisco Martins, por sua solicitação, está a ser substituído pela vereadora Rita Ruivinho. Intervenções dos grupos municipais para votos, moções e recomendações, o senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que não deram entrada nos serviços da Assembleia em termos dos prazos estabelecidos, nenhuma moção ou recomendação, tendo aberto o período de intervenção para os diversos grupos municipais, para apresentação de discussão de assuntos gerais de interesse para o município. Verificaram-se nove intervenções, cinco do grupo municipal do PS, duas do



senhor deputado municipal Luís Alberto, da deputada municipal Sofia Espada, do deputado municipal Joaquim Varela e do deputado municipal Tiago Lopes, uma do grupo municipal do Bloco de Esquerda, deputado municipal Jorge Ramos, uma do grupo municipal do Partido Social Democrata, deputado municipal Joaquim Cabrita, uma do grupo municipal da CDU, deputado municipal João Cabrita e uma do grupo municipal do Movimento Lagoa Primeiro, deputado municipal Diamantino Ruivinho. Face à ausência de mais intervenções, o senhor Presidente efetuou reparos e esclarecimentos à ordem de trabalhos, nomeadamente o ponto dois, onde se lê 2021 deve-se ler 2022, ponto dezassete é eliminado da ordem de trabalhos por solicitação da Câmara Municipal de Lagoa na sequência de deliberação de 14/12, sendo a apreciação da deliberação agendada para a próxima sessão, ponto vigésimo passa a ter a seguinte redação: apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal de projetos de programas estratégicos de reabilitação urbana para as diversas áreas a reabilitar. Entrando no período da ordem do dia, apreciação e informação direta do senhor Presidente da Câmara, houve três intervenções, uma do grupo municipal Lagoa Primeiro, deputado municipal Diamantino Ruivinho e duas do grupo municipal do PS, deputado municipal Rui Ribeiro e deputado municipal Luís Alberto. -----

----- 2º. Ponto da ordem de trabalhos. Após período de análise e discussão, verificou-se uma intervenção por parte do grupo municipal Movimento Lagoa Primeiro, José Alves Pinto. Na ausência de mais intervenções, e no lançamento de uma nova proposta de votação que não correu bem, através do Google Forms. -----

----- 3º. Ponto da ordem de trabalhos. Apresentou proposta como metodologia que o ponto fosse analisado, debatido em conjunto e votado em separado, proposta que foi aprovada por unanimidade. Deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para defesa da proposta e aberto período de análise e discussão, verificaram-se cinco intervenções, duas por parte do grupo municipal Lagoa Primeiro, deputado municipal José Alves Pinto e deputado municipal Diamantino Ruivinho, uma do grupo municipal do Bloco de Esquerda, deputado municipal Jorge Ramos, uma do grupo municipal do PS, deputado municipal Luís Ribeiro e uma do grupo municipal da CDU, deputado municipal João Cabrita. Por solicitação do senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara elucidou e esclareceu as questões suscitadas e na ausência de mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, verificando-se os seguintes resultados: -----



----- O ponto 3.1 foi aprovado por maioria, 19 votos a favor, 16 do grupo municipal do PS, 3 do grupo municipal do PSD, 5 votos em abstenção, 3 do grupo municipal do Movimento Lagoa Primeiro, 1 do grupo municipal da CDU e 1 do grupo municipal do Chega e 1 voto contra do grupo municipal do Bloco de Esquerda. -----

----- Ponto 3.2 foi aprovado por maioria, com 22 votos a favor, 16 do grupo municipal do PS, 3 do grupo municipal do PSD, 1 do grupo municipal do Chega, 1 do grupo municipal do Bloco de Esquerda e 1 do grupo municipal da CDU e 3 votos em abstenção do grupo municipal Movimento Lagoa Primeiro. Três declarações de voto foram apresentadas, Movimento Lagoa Primeiro, Bloco de Esquerda e PSD. O PS apresentou em linhas gerais referindo que enviaria posteriormente. -----

----- Ponto 4, O Presidente deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para defesa da proposta. Após período de discussão, verificou-se uma intervenção por parte do grupo municipal do PSD, deputada municipal Telma Viana. Na ausência de mais intervenções, foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara para defesa da proposta. Abrindo período de votação, o ponto quatro foi aprovado por maioria, com 17 votos a favor, 16 do grupo municipal do PS e 1 do grupo municipal do Bloco de Esquerda, 4 votos em abstenção, 3 do grupo municipal Movimento Lagoa Primeiro, 1 do grupo municipal do Chega e 4 votos contra, 3 do grupo municipal do PSD e 1 do grupo municipal da CDU. Foram apresentadas duas declarações de voto do grupo municipal da CDU alargado ao ponto 3 e uma do grupo municipal do PSD. O senhor Presidente da Assembleia Municipal propõe ao abrigo do artigo vinte e seis do regimento, o prolongamento da sessão por mais uma hora. Foi posta à consideração da Assembleia e após algumas intervenções foi decidido por unanimidade que a sessão terminaria à meia-noite e doze e no dia trinta realizar-se-ia a segunda reunião. Dia trinta às vinte e uma e sete iniciou-se a segunda reunião, com as saudações habituais, feitas as advertências e o senhor Presidente da Assembleia apelou a todos que deviam ser sintéticos, precisos e concisos, de forma a que se cumprisse a ordem de trabalhos. Foram pedidos três pedidos de substituição por parte do grupo municipal do PS. -----

----- 5º. Ponto da ordem de trabalhos. Pediu a palavra o senhor Presidente da Câmara para defesa da proposta. Após aberto período de análise e discussão, verificaram-se oito intervenções, duas do grupo municipal Movimento Lagoa Primeiro, deputado municipal José Alves Pinto e uma do senhor deputado municipal Diamantino Ruivinho, uma do grupo



municipal da CDU, deputado municipal João Cabrita, uma do grupo municipal do PSD, deputado municipal Joaquim Cabrita, dois do grupo municipal do PS, deputado municipal Carlos Ramos e deputado municipal Joaquim José João Paulo, uma do grupo municipal do Bloco de Esquerda, deputado municipal Jorge Ramos e uma do grupo municipal do Chega, deputada municipal Lurdes Alemão. Na ausência de mais intervenções, foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara para esclarecimento das questões colocadas. O ponto quinto foi colocado à votação, tendo o orçamento e grandes opções do plano sido aprovado por maioria, com 16 votos a favor do grupo municipal do PS, 7 votos em abstenção, 3 do grupo municipal do PSD, 1 do grupo municipal da CDU e 1 do grupo municipal do Bloco de Esquerda, 1 do grupo municipal do Chega e 1 do grupo municipal Movimento Lagoa Primeiro e 2 votos contra do grupo municipal Movimento Lagoa Primeiro e 2 votos contra do grupo municipal Movimento Primeiro. Foram apresentadas duas declarações de voto, grupo municipal do Bloco de Esquerda, grupo municipal do PSD, tendo os grupos municipais do PS, MLP e Chega, referido que enviariam posteriormente. -----

----- 6º. Ponto da ordem de trabalhos. Proposta aberta à análise e discussão e na ausência de intervenções votação, aprovado por maioria, com 19 votos a favor, 16 do grupo municipal do PS, 3 do grupo municipal do Movimento Lagoa Primeiro e 6 votos em abstenção, 3 do grupo municipal do PSD, 1 do grupo municipal do Bloco de Esquerda, 1 do grupo municipal da CDU e 1 do grupo municipal do Chega. Foi apresentada uma declaração de voto do grupo municipal do PSD. -----

----- 7º. Ponto da ordem de trabalhos. A proposta de metodologia foi apresentada, que o ponto fosse analisado e debatido em conjunto e votado em separado. A proposta foi aprovada por unanimidade, deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para defesa da proposta e depois aberto o período de análise e discussão. Verificaram-se nove intervenções, duas do grupo municipal do PSD, deputada municipal Telma Viana e deputado municipal Joaquim Cabrita, três do grupo municipal do Movimento Lagoa Primeiro, duas do senhor deputado municipal José Alves Pinto e deputado municipal Diamantino Ruivinho, quatro do grupo municipal do PS, duas do senhor deputado municipal Luís Alberto, duas do senhor deputado municipal Joaquim João Paulo e uma do senhor deputado municipal Luís Bentes. O ponto foi colocado à votação, tendo-se verificado a seguinte votação: -----



----- 7.1 referente à união de freguesias de Lagoa e Carvoeiro, aprovado por maioria, com 17 votos a favor, 16 do PS, 1 da CDU, 5 abstenções, 3 do PSD, 1 do Bloco de Esquerda e 1 da CDU e 3 votos contra do Movimento Lagoa Primeiro. -----

----- Ponto 7.2 referente à união de freguesias de Estômbar e Parchal, foi aprovado por maioria, com 17 votos a favor, 16 do PS e 1 da CDU, 5 abstenções, 3 do PSD, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do Chega, 3 votos contra do Movimento Lagoa Primeiro. -----

----- Ponto 7.3 Junta de Freguesia de Porches, foi aprovado por maioria, com 16 votos a favor, 15 do PS e 1 da CDU, 5 abstenções, 3 do PSD, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do Chega e 4 votos não, 3 do Movimento Lagoa Primeiro e 1 do PS. -----

----- Ponto 7.4 Junta de Freguesia de Ferragudo, foi aprovado com 17 votos a favor, 16 do PS e 1 da CDU, 5 abstenções, 3 do PSD, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do Chega e 3 votos contra do Movimento Lagoa Primeiro. Foi apresentada uma declaração de voto por parte do grupo municipal do PSD. -----

----- 8º. Ponto da ordem de trabalhos. O Presidente abriu o período da análise e debate, verificou-se uma intervenção por parte do Bloco de Esquerda, deputado municipal Jorge Ramos. O senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu a questão suscitada, o ponto oitavo foi posto à votação, foi aprovado com 19 votos a favor, 16 do PS, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, 5 abstenções, 3 do PSD, 1 do Bloco de Esquerda e 1 da CDU e 1 voto contra do Chega. -----

----- Nenhuma declaração de voto foi apresentada. -----

----- Ponto 9 da ordem de trabalhos, o Presidente abriu o período de análise e discussão do ponto, nenhuma intervenção foi solicitada. Votação do ponto 9, foi aprovado por maioria, com 22 votos a favor, 16 do PS, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD, 3 votos contra, 1 da CDU, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do Chega. Uma declaração de voto foi apresentada pelo Bloco de Esquerda. -----

----- 10º. Ponto da ordem de trabalhos, aberto período de análise e discussão nenhuma intervenção foi solicitada. Votação, o 10º. ponto foi aprovado com 21 votos a favor, 16 do PS, 2 do PSD, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, 2 abstenções, 1 da CDU e 1 do Chega e 1 voto contra do Bloco de Esquerda. Nesta votação não participou um deputado municipal do PSD. -----

----- Nenhuma declaração de voto foi apresentada. -----

J
F



----- 11º. Ponto da ordem de trabalhos, o ponto foi apresentado à análise e discussão, houve uma intervenção do senhor deputado municipal do Bloco de Esquerda, Jorge Ramos, o senhor Presidente da Câmara esclareceu a questão suscitada. Na ausência de intervenções o 11º. Ponto foi colocado à votação, tendo sido aprovado com 23 votos a favor, 16 do PS, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD, 1 do Chega e 2 votos contra, 1 da CDU e 1 do Bloco de Esquerda. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. -----

----- 12º. Ponto da ordem de trabalhos, o Presidente abriu o período de análise e discussão, nenhuma intervenção foi solicitada. Votação, o ponto 12º. Foi aprovado, com 23 votos a favor, 16 do PS, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD e 1 do Chega e 2 abstenções, 1 da CDU e 1 do Bloco de Esquerda. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. -----

----- 13º. Ponto, após período aberto de análise e discussão, uma intervenção do grupo municipal do PSD, deputada municipal Telma Viana alargando a sua intervenção aos pontos treze, catorze e quinze. Após colocado à votação, o 13º. Ponto foi aprovado com 24 votos a favor, 16 do PS, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD, 1 do Chega e 1 do Bloco de Esquerda e 1 abstenção da CDU. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. -----

----- 14º. Ponto. Posto à análise e discussão, nenhuma intervenção foi solicitada. Votação, o 14º. Ponto foi aprovado por maioria, com 22 votos a favor, 16 do PS, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD, 3 abstenções 1 do Chega, 1 do Bloco de Esquerda e 1 da CDU. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. Ao abrigo do artigo vinte e seis, a mesa propõe o prolongamento da sessão por mais uma hora, aprovado por unanimidade. -----

----- 15º. Ponto da ordem de trabalhos. Após aberto período de análise e discussão, nenhuma solicitação de intervenção se verificou. Votação, o 15º. Ponto foi aprovado por maioria, com 23 votos a favor, 15 do PS, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD, 1 do Chega, 1 da CDU e 1 voto em abstenção do Bloco de Esquerda. Nesta votação não participou um deputado municipal do PS. -----

----- Foi apresentada uma declaração de voto por parte do grupo municipal do PSD alargada aos pontos 13, 14 e 15. -----

----- Ponto 16º. da ordem de trabalhos. Posto à análise e discussão, nenhuma intervenção foi solicitada. 16º. Ponto foi à votação, foi aprovado com 23 votos a favor, 16 do PS, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD, 1 do Chega, 2 votos em abstenção, 1 do Bloco de Esquerda e 1 da CDU. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. -----



----- O 17º. Ponto foi retirado. -----

----- 18º. Ponto da ordem de trabalhos. Aberto período de análise e discussão, nenhuma intervenção foi solicitada. O 18º. Ponto foi aprovado com 25 votos a favor por unanimidade.

----- 19º. Ponto da ordem de trabalhos. O senhor Presidente da Assembleia abriu o período de análise e discussão, houve quatro intervenções, uma do grupo municipal do PSD, deputado municipal Joaquim Cabrita, dois do grupo municipal do Movimento Lagoa Primeiro, deputado municipal Diamantino Ruivinho e deputado municipal José Alves Pinto e uma do grupo municipal do Bloco de Esquerda, deputado municipal Jorge Ramos. O senhor Presidente da Câmara esclareceu as duas questões suscitadas e passou-se ao: -----

----- 20º ponto da ordem de trabalhos. O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentação da proposta que a enquadrou e delegou no técnico da autarquia, Miguel Conduto, para a apresentação pormenorizada dos projetos. O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a apresentação e informou que no primeiro dia útil será enviado a cada deputado municipal os diversos projetos apresentados para uma análise mais pormenorizada, e apresentou como proposta de metodologia que os projetos fossem analisados em conjunto e votados em separado. Proposta que foi aprovada por unanimidade. Aberto período da análise e discussão, verificou-se uma intervenção por parte do grupo municipal do PSD, deputado Joaquim Cabrita. Na ausência de mais intervenções os pontos foram colocados à votação. Os projetos de programa estratégico de reabilitação urbana para Estômbar, Ferragudo, Mexilhoeira da Carregação e Calvário, Porches, Carvoeiro e Parchal foram todos aprovados por unanimidade. O senhor Presidente da Assembleia Municipal propõe o alargamento de mais uma hora dos trabalhos, proposta que foi aprovada por unanimidade. -----

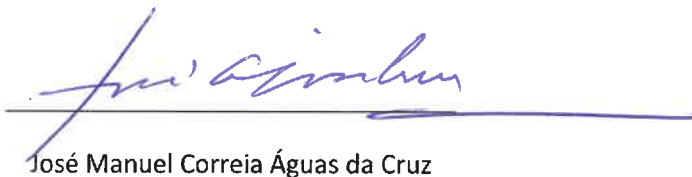
----- 21º. Ponto da ordem de trabalhos. O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para enquadrar apresentar e defesa da proposta, aberto período de análise e discussão, verificaram-se três intervenções, uma do grupo municipal PSD, deputado municipal Joaquim Cabrita, duas do grupo municipal Movimento Primeiro, deputado municipal José Alves Pinto e deputado municipal Diamantino Ruivinho. O senhor Presidente da Câmara respondeu, esclareceu as questões suscitadas. Na ausência de mais intervenções, o 21º. Ponto foi posto à votação e foi aprovado por maioria, com 21 votos a favor, 16 do PS, 3 do PSD, 1 do Bloco de esquerda e 1 da CDU, 2 abstenções do Movimento



Lagoa Primeiro, 2 votos contra, 1 do Movimento Lagoa Primeiro e 1 do Chega. O Movimento Lagoa Primeiro manifestou que apresentará declaração de voto posteriormente». -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, questionou se haveria pedidos de intervenção para alguma retificação, reparo ou correção à ata apresentada pelo senhor Secretário. Na ausência de pedidos de intervenção sobre a matéria, procedeu-se à votação da ata em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes. Encerrou a sessão, agradecendo a todos os Deputados Municipais a sua presença, espírito colaborativo e paciência para debaterem um instrumento daquela grandeza naquele espaço de tempo, desejando uma boa noite e um bom ano a todos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

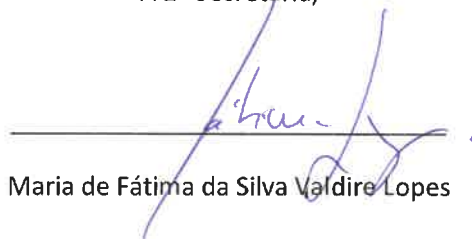


José Manuel Correia Águas da Cruz

O 1º Secretário,

Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato

A 2ª Secretária,



Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes